



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

**ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA – NOVOS OBJETOS E NOVAS
ABORDAGENS: UMA APROXIMAÇÃO AO PENSAMENTO DE JORGE AMADO.**

Salvador
2013

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

**ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA – NOVOS OBJETOS E NOVAS
ABORDAGENS: UMA APROXIMAÇÃO AO PENSAMENTO DE JORGE AMADO.**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Matos Ribeiro

Salvador
2013

Escola de Administração - UFBA

P659 Pinto, Fabiane Louise Bitencourt

Administração política brasileira – novos objetos e novas abordagens:
uma aproximação ao pensamento de Jorge Amado / Fabiane Louise
Bitencourt Pinto. – 2013.
80 f. : il.

Orientadora: Profª. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de
Administração, Salvador, 2013.

1. Literatura e história. 2. Políticas públicas – Administração.
3. Amado, Jorge, 1912-2001 – Desenvolvimento regional. 4. Política e
literatura. 5. Estudo comparado. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração. II. Título.

CDD – 801.3

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

**ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA – NOVOS OBJETOS E NOVAS
ABORDAGENS: UMA APROXIMAÇÃO AO PENSAMENTO DE JORGE AMADO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 25 de junho de 2013.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro _____
Doutora em Ciências Políticas e da Administração (USC/Espanha).
Universidade Federal da Bahia (EAUFBA).

Prof. Paulo Emílio Matos Martins _____
Doutor em Administração de Empresas (EAESP/FGV).
Universidade Federal Fluminense (UFF).

Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos _____
Doutor em Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Universidade Federal da Bahia (EAUFBA).

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à Prof^a Beth Matos, pelo companheirismo, paciência e ensinamentos.

Ao Prof. Reginaldo Santos, pela confiança depositada em mim e pelos estímulos que me fizeram continuar.

Aos amigos da Universidade do Estado da Bahia, à Prof^a. Adriana Marmori, pelo incentivo e confiança sempre (e mais uma vez) depositados em minha pessoa. À Prof^a. Carol Soares, pela amizade e consideração. Aos colegas de setor, o apoio de todas as horas.

Aos companheiros de curso, especialmente Renata, Morjane e Leonardo, amizades construídas na alegria e na angústia, por todas as ricas e variadas discussões teóricas, empíricas e sobre o mundo da vida.

À secretaria acadêmica, pela parceria e orientações. Agradecimento especial a Anaelia e, não posso esquecer, a Conceição (secretária da Diretoria).

Ao meu Prof. Antonio Pereira Sousa, pela inspiração antiga e atual.

A Marcos, que com seus olhos de bondade me enxergam como alguém especial.

Aos meus pais e irmão, pelo apoio uníssono e incondicional. Por toda crença e trabalho em nome de uma Fabiane realizada.

A todos os familiares e amigos, que acreditaram que eu seria capaz.

Por fim, agradeço ao mestre celestial, pelo dom da vida e pela generosidade em realizar os meus sonhos.

“Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para o máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?”.
(Cacau, 1933)

“Nasciam frutos enormes, as árvores carregadas desde os troncos até os mais altos galhos, cocos de tamanho nunca visto antes, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau, aquela terra adubada com sangue”.
(Terras do Sem Fim, 1943)

“Em verdade, Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus, formam uma única história: a das terras do cacau no sul da Bahia. Nesses dois livros tentei fixar, com imparcialidade e paixão, o drama da economia cacaueira, a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século, à passagem das terras para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem”.
(São Jorge dos Ilhéus, 1944)

“Os líderes e os heróis são vazios e tolos, prepotentes, odiosos e maléficos. Mentem quando se dizem intérpretes do povo e pretendem falar em seu nome, pois a bandeira que empunham é a da morte, para subsistir necessitam da opressão e da violência. Em qualquer posição que assumam, em qualquer sistema de governo ou tipo de sociedade, o líder e o herói exigirão obediência e culto. Não podem suportar a liberdade, a invenção e o sonho, tem horror ao indivíduo, colocam-se acima do povo, o mundo que constroem é feio e triste”.
(O Menino Grapiúna, 1981)

PINTO, Fabiane Louise Bitencourt. Administração Política Brasileira – Novos Objetos E Novas Abordagens: uma aproximação ao pensamento de Jorge Amado. 72 p. il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo reinterpretar três obras selecionadas de Jorge Amado à luz da Administração Política. Assumimos tal campo de conhecimento como base teórico-epistemológica e metodológica necessária para a compreensão e concepção das relações sociais de produção e distribuição da sociedade sul baiana. Nosso desafio foi integrar a narrativa histórica e literária amadiana à perspectiva científica do campo da administração, campo ainda em processo de consolidação. Situamos o presente estudo em um campo de convergência especial através da articulação das perspectivas críticas assumidas entre a literatura, a história e a administração política.

Palavras chave: História, Literatura, Administração Política.

PINTO, Fabiane Louise Bitencourt. Brazilian Administration Policy - New Objects And New Approaches: an approximation to thinking of Jorge Amado. 72 p. ill. 2013. Master Dissertation – Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

ABSTRACT

Our study aims to reinterpret three works selected by Jorge Amado in light of Administration Policy. We assume such a field of knowledge based on theoretical and epistemological and methodological necessary for the understanding and design of social relations of production and distribution of the South of Bahia. Our challenge was to integrate the historical narrative and literary amadiana to the scientific perspective of the field of administration, still in the process of consolidation. We situate the present study in a field of special convergence through articulation of critical perspectives assumed between literature, history and political administration.

Keywords: History, Literature, Political Administration.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	HISTÓRIA: NOVOS OBJETOS, NOVOS PROBLEMAS, NOVAS ABORDAGENS	17
2.1	HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA	23
3	PERSPECTIVA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	28
3.1	PERSPECTIVA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO	28
3.2	ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS	31
3.3	ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: USOS E APLICAÇÕES	34
4	A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA NA NARRATIVA LITERÁRIA AMADIANA	38
4.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA REGIÃO SUL BAIANA (REGIÃO DO CACAU)	39
4.2	A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA NA NARRATIVA LITERÁRIA AMADIANA	43
4.2.1	O Menino Grapiúna: do Sul da Bahia para o Resto do Mundo	45
4.2.2	Cacau (1933)	50
4.2.3	Terra do Sem Fim (1943)	55
4.2.4	São Jorge dos Ilhéus (1944)	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS	71
6	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é reinterpretar três obras selecionadas de Jorge Amado à luz da Administração Política, campo de conhecimento que assume como base teórico-epistemológica e metodológica compreender a concepção das relações sociais de produção e distribuição de uma dada sociedade, tomando como referência central de análise a dinâmica sociohistórica. Integrar a narrativa histórica proposta por Amado à perspectiva científica do campo da administração implica situar o presente estudo em um campo de convergência especial através da articulação das perspectivas críticas assumidas, pois, pela literatura, pela história e pela administração política, na busca de uma (re)leitura dos processos que fundamentaram a formação social, econômica, política e cultural do Brasil.

Consideramos, assim, que Amado foi capaz de retratar, no conjunto inicial de suas obras, uma crítica contextualizada do cotidiano que marcou a vida socioeconômica, política e cultural da região cacauzeira da Bahia. Desse modo, fazer uma releitura das obras do autor, a partir do olhar da Administração Política, implica, pois, ratificar uma percepção que certamente já estava implícita nas leituras feitas por Amado referente às bases do que denominamos relações sociais de produção e distribuição que fundamentavam a sociedade baiana da época. Esse retrato mostra não apenas como se davam as relações socioeconômicas, mas também evidenciava as lutas sociais (em particular dos trabalhadores) reveladas nas relações administrativas estruturadas para dar conta do novo padrão de administração política brasileira e baiana da época; o que implica afirmar que Jorge, na sua sensibilidade crítica, conseguiu retratar muito bem o papel implícito e explícito assumido pelo padrão de Administração Política que orientava as relações complexas entre Estado e sociedade na região sul da Bahia.

Discutir a dimensão da Administração Política não é tarefa fácil, embora urgente, devido ao fato de ser uma área relevante e promissora, mas ainda em processo de consolidação. Poderíamos ter optado por orientar nosso estudo com base na teoria sociológica crítica, defendida por autores como Gilberto Freire, Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda, Guerreiro Ramos, dentre outros, como o fez Oliveira (2008). Mas, buscando inovar esse debate sobre a formação social e econômica do Brasil, avaliamos como fundamental a integração com a perspectiva administrativa, isto é, propor uma discussão à luz do pensamento administrativo brasileiro. Nesse sentido, optamos por tomar como base

referencial teórica e metodológica central a Administração Política e acreditamos que este exercício nos possibilitaria integrar conjunções interpretativas interessantes e ricas, a exemplo do que já vem sendo feito por diversos estudos que optaram por uma abordagem interdisciplinar para reinterpretar os padrões que fundamentaram as relações sociais e produtivas brasileiras, através da articulação da perspectiva Histórica, Literária e Administrativa.

Buscando seguir essa trajetória crítica e rica e já desbravada por outros autores consagrados, a exemplo de Paulo Emilio Matos Martins¹, entre outros², que têm demonstrado a necessidade de maior aproximação das ciências administrativas na reinterpretação das dinâmicas sociohistóricas, é que o presente estudo se fundamenta. Isso significa afirmar que será feito um esforço no sentido de valorizar a perspectiva histórica em administração para analisar a trajetória que marcou a formação socioeconômica, cultural e política brasileira refletida nas obras selecionadas de Jorge Amado.

Assim, do mesmo modo que outros estudos sobre o tema têm utilizado os escritos euclidianos sobre a administração no sertão (MARTINS, 1999), ou as crônicas machadianas, como o fez Rigo (2012), pretende-se nesta dissertação iniciar um exercício interpretativo das obras selecionadas de Amado, com o intuito de identificar diferentes maneiras de se compreender o pensamento administrativo integrado, de forma articulada às obras de grandes literatos brasileiros como fonte incontestável e inesgotável de conhecimento sociológico, econômico, social, cultural, político e administrativo. Com base nesse substrato acadêmico consistente, decidimos investir em uma discussão inovadora sobre a formação sócio-histórica brasileira, tomando como base teórica e metodológica a Administração Política.

Nesse sentido, questionamos, então, sobre o que as obras de Jorge Amado *Cacau* (1933), *Terras dos sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e, de forma subsidiária, *O menino grapiúna* (1982), podem nos contar sobre a Administração Política brasileira. Obviamente, para responder a esse questionamento, assumimos como pressuposto básico que os retratos do cotidiano e do mundo político que o autor retrata, com base na dinâmica

¹ DA COSTA, Alessandra de Sá Mello; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emilio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, n. 3, p. 288-299, 2010.

² RIGO, Ariádne Scalfoni. O que as crônicas de Machado de Assis nos contam sobre a Administração Política? Salvador, *REBAP* 9, v. 5, n 2, p. 65-82, out./2012.

socioeconômica da região cacauzeira³, e as descrições e interpretações da literatura nacional, que emerge no Brasil, nos anos 30 do século passado, podem contribuir com percepções críticas contundentes sobre os padrões que fundamentaram as relações sociais de produção e distribuição da época; isto é, que através do olhar de Amado será possível reinterpretar um momento relevante do que chamamos de Administração Política Brasileira.

É, portanto, nessa perspectiva analítica que reside a base de nossa proposta de estudo: tentar reinterpretar as obras amadianas à luz da Administração Política, buscando, desse modo, oferecer um novo olhar sobre uma interpretação crítica já bastante discutida, particularmente nos aspectos econômico, social, cultural e político. Entretanto, identificamos que ainda falta introduzir a essa interpretação o olhar da Administração, isto é, a perspectiva do modo *como a sociedade baiana e regional se estrutura*, para dar conta do padrão de desenvolvimento econômico e social concebido e implantado com base na produção da monocultura do cacau. Esta será, portanto, a base teórica e metodológica que fundamentou o presente estudo, baseado na compreensão do modelo/padrão de organização institucional, organizacional e administrativo, materializado no padrão de Administração Política (gestão e gerência) para a implantação e reprodução do *modus operandi* que garantiria, à sociedade local e regional, preservar os interesses socioeconômicos e políticos hegemônicos.

Assim, o mergulho na literatura amadiana com seus relatos sobre os processos de formação da sociedade sul baiana, ressaltando o caráter institucional e a natureza histórico-cultural da obra, busca contribuir para uma melhor compreensão dos valores, que fundamenta os modos de produção e distribuição, divisão nacional e internacional do trabalho e das riquezas, as bases da organização e relações sociais da região cacauzeira à época. Encontramos no Caderno de Literatura Brasileira nº 3, sobre a vida e obra de Jorge Amado, depoimentos que reforçam nossos argumentos sobre a validade dos textos amadianos como base de conhecimento sociohistórico, conforme destaca o depoimento de Darcy Ribeiro, quando afirmou que Jorge é um romancista pedagógico, e Celso Furtado, quando apontou que os textos de Amado sobre o ciclo do cacau foram importantes para a sua formação na medida em que utilizou essa literatura, ano após ano, nos cursos que ministrou em Universidades internacionais.

³ O conceito de região “pode ser aplicado a uma fração de um estado ou de uma nação, como a um grupamento de estados ou de nações, próximos pelas características econômicas, políticas ou culturais e, geralmente, pela situação geográfica” (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1986).

Em Guerreiros de Freitas e Paraíso (2001), encontramos que, até 1930, a denominada região cacauzeira era constituída por apenas quatro municípios: Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte.

Com base nessa contextualização, o estudo partiu da seguinte pergunta orientadora: qual o modelo/padrão de administração retratado nas obras selecionadas do ciclo cacauero, *Cacau* (1933), *Terras dos sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), que desvelaria o pensamento garantidor da consolidação e da reprodução das bases socioeconômicas, culturais e políticas da região do cacau?

Alinhado às discussões com os pesquisadores do Grupo de Estudos em Administração Política da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, o qual tem por objeto de estudo os aspectos teórico-epistemológicos e metodológicos desse novo campo do conhecimento, este projeto de pesquisa ganha contornos diferenciados na medida em que se propõe a contribuir para a perspectiva analítica e empírica desse campo, dando especial ênfase à análise dos padrões recentes de gestão das relações sociais de produção e distribuição que têm orientado o processo de sociabilidade brasileira. A pretensão deste trabalho é, portanto, colaborar com uma revisão do pensamento administrativo de Jorge Amado no tocante à reinterpretação da dimensão que fundamentou a gestão das relações sociais de produção e distribuição da sociedade cacauera à época. Cabe destacar, mais uma vez, que nosso percurso analítico transcorrerá por caminhos pouco usuais em se tratando da área de Administração que ainda é vista, de forma hegemônica, como um campo desprovido de capacidade crítica e voltado, essencialmente, para atender às demandas técnicas/instrumentais concebidas por outros campos de conhecimento, em especial pela economia política.

O nosso esforço de investigação se constrói, pois, na aproximação entre os campos da Administração com a História e a Literatura, mais especificamente da Literatura, que tem como objeto de estudo a história. Nesse sentido, conforme ressaltado por Da Costa (2010, p. 289),

A aproximação entre administração e história não é recente, mas ainda não avançou substancialmente de forma a viabilizar todo o seu potencial ontológico, epistemológico e metodológico (BOOTH e ROWLINSON, 2006). Defendemos que tal quadro pode ser alterado por meio da identificação do embate paradigmático que ocorre dentro da área de História e que, nesse processo de aproximação, transborda para a área de Administração. Identificar as visões provenientes do acirrado debate entre as perspectivas da história tradicional e da história nova no campo da Administração pode contribuir para: a) melhor compreensão dos fenômenos administrativos; b) formação de pesquisadores mais conscientes de seus caminhos de pesquisa e c) fortalecimento da interdisciplinaridade por meio da criação de vínculos mais profundos entre as áreas.

Tomando como base as colocações acima, pode-se antecipar que Jorge Amado, com suas interpretações da realidade brasileira e baiana, em particular, denunciou as disparidades socioeconômicas, através da abordagem de temas populares, de inspiração regional,

combinando política, ideologia, comportamento carnavalizados e forte religiosidade, e evidenciou, na maior parte dos textos, o imobilismo das classes subalternas. Seguindo essa trajetória, a presente pesquisa tomou como referência central de análise a indicação de Araújo (2003), quando nos ensina que a produção de Jorge Amado se divide em pelo menos quatro ângulos e espaços geográficos. Desse modo, utilizar-se-á como base central para o estudo os romances que se encontram na primeira matriz citada por Araújo, ou seja, mergulhar-se-á na análise das obras que se ambientam na região sul baiana, vinculadas sobremaneira ao ciclo do cacau. Ressaltamos que esta temática está contida nos seguintes livros: *Cacau* (1933), *Terras do sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Gabriela, cravo e canela* (1958), *Tocaia Grande: a face obscura* (1984) e *A descoberta da América pelos turcos* (1992), e como complemento, o livro de memórias *O menino grapiúna* (1982).

Todavia, nesta pesquisa de dissertação de mestrado, elegemos, entre aquelas obras, alguns dos livros apontados. O critério de escolha foi, portanto, a cronologia dos mesmos. Assim, debruçamo-nos sobre a extensão das seguintes obras: *Cacau* (1933), *Terras do sem fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), além de *O menino grapiúna* (1982), que subsidiou nossa compreensão do ambiente e da vida do autor.

A essa altura, o nosso leitor pode estar-se indagando o porquê de o título *Gabriela, cravo e canela* (1958) ter ficado de fora deste estudo. E esta indagação faz todo o sentido, dada a projeção da obra. Compreendemos que, nesse livro, as questões sociais não se manifestavam de forma tão contundente como nos demais títulos escolhidos, pois *Gabriela, cravo e canela* “foi realizado num momento de desencantamento total de Jorge Amado com o Partido Comunista, [...] construindo não mais personagens das lutas políticas [...]”, conforme aponta Souza (2001, p. 27). Esse fato não descaracteriza a validade da obra, pois o autor insere outros temas significativos em suas discussões, como questões raciais e diferenças culturais, o sincretismo religioso e questões de gênero etc., ficando esse título e os demais que dizem respeito ao ciclo do cacau em “modo de espera” para nossos próximos estudos.

Movidos inclusive pela necessidade de buscar, em tempos pretéritos, outras vozes e experiências que não somente àquelas tradicionais e oficiais, os historiadores (e neste caso, os administradores políticos), há algumas décadas seguem empreendendo esforços para o alargamento dos objetos e problemas do objeto de análise do estudo e, para tanto, incorporam outras fontes de leitura do passado, admitindo, assim, novas linguagens. Portanto, não é novidade a abertura à pesquisa histórica com a incorporação da leitura atenta da literatura como fonte relevante de análise crítica da realidade.

Por esse prisma, há uma aproximação natural entre o fazer dos literatos engajados em obras literárias de cunho social, político e cultural e aqueles que adotam a história como ofício ou matéria de estudo. Nesse ponto, poderíamos indagar, então, qual seria a contribuição da literatura à história e às demais ciências sociais, além das ciências sociais aplicadas como Administração?

A apropriação da literatura por historiadores leva em conta, sobretudo, o caráter de representação da narrativa literária, permitindo ao historiador reconhecer como os atores sociais, de um dado tempo e espaço, empregam sentido às suas práticas e discursos, percebendo, por exemplo, como esse indivíduo ou o grupo está inserido nas estruturas do mundo coletivo ao qual pertence. Assim, os textos literários representam o real de um tempo pretérito, como seus modos de ver e de sentir, os quais escapam, muitas vezes, a outros tipos de fonte e de interpretação (GRUNER; DeNIPOTI, 2008).

Com relação à área específica da Administração, encontramos a justificativa para que sua aprendizagem prática avance para além de teorias, o que implica a necessidade de mesclar outras abordagens, incluindo a literária e a histórica, como já ressaltado anteriormente. Conforme apontam Fischer, Davel, Vergara e Ghadiri (2007), a literatura deve ser usada por pesquisadores de administração como recurso de investigação. O fato de a Administração estar classificada entre as ciências socialmente aplicáveis somente nos lembra que ela deve ser referenciada à prática; e é sobre essa prática que se constrói a teoria. Assim, as práticas de gestão e conhecimento explícito sobre organizações, por exemplo, são estruturadas mediante a compreensão da sua própria construção social. Desse modo, como ressaltam os citados autores,

a literatura oferece infinitas possibilidades para o entendimento da gestão e para conferir significado às práticas. Para valorizar a literatura como recurso de ensino e aprendizagem em administração, é preciso compreender a natureza da obra literária, seu verdadeiro modo de ser e o seu potencial como recurso (FISCHER et al., 2007, p. 953).

Neste estudo, portanto, tratamos a literatura amadiana não como uma fonte a mais de documento que possa ilustrar uma interpretação baseada em fontes reconhecidamente científicas e, por isso, mais confiáveis; ao contrário, assumimos, com a escolha desse objeto, o desafio de nos lançar à leitura das experiências passadas na região cacauera, tomando como fonte privilegiada o discurso literário de Jorge Amado e as maneiras como o autor retrata os modos/padrões de gestão das relações sociais de produção e distribuição num dado espaço e tempo.

Nesse sentido, consideramos que a Administração Política apresenta pressupostos teóricos e metodológicos que contribuirão para uma compreensão crítica e contextualizada acerca dos fenômenos socioeconômicos, institucionais e organizacionais. Com essa nova perspectiva interpretativa e significativa, é possível ampliar, pois, as perspectivas analíticas da Administração, deixando de se concentrar apenas em elementos instrumentais, técnicos e racionais, característicos do que se denomina de Administração Científica (ou Administração Geral). A relevância da perspectiva da Administração Política está, portanto, na possibilidade de interação do Estado com a sociedade, do ente político com o econômico e social, dentre outros, para uma reinterpretação das bases que fundamentaram o Projeto de nação, projeto de sociedade, baiana e regional.

Os pressupostos metodológicos que orientaram o desenvolvimento do estudo assumem como base fundamental a pesquisa qualitativa, feita a partir da leitura histórica e crítica, contida nas obras selecionadas de Jorge Amado. O método de análise proposto buscou, pois, identificar e compreender os aspectos essenciais que conformaram os padrões de Administração Política da sociedade sul baiana, o que significou reconhecer, nas obras selecionadas, os fundamentos que orientavam as típicas relações de um modelo de capitalismo retardatário e dependente.

Como aponta Gomes (2012, p. 13-14),

[...] o método de análise [proposto] já demonstra, claramente, uma forma diferente de olhar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro [e baiano em particular], em que os limites entre a economia política crítica e a administração política ainda não estão definidos. Ressalta o autor que, embora esse seja um problema aceitável é importante [...] procurar compreender como a produção capitalista no Brasil [e no sul da Bahia] se organiza e passa por modificações, reformas ou mudanças [de modo que seja possível compreender] o processo histórico de construção e reconstrução das relações entre o Estado e a economia capitalista periférica e a gestão dessas relações no contexto dos conflitos de classe (inter e intraclasse) [que denominamos Administração Política].

Considerando essa perspectiva teórico-metodológica crítica da Administração Política, consideramos que os romances de Jorge Amado assumem lugares fundadores dessa reinterpretação, na medida em que assumem um papel privilegiado de memória viva da dinâmica socioeconômica, cultural e política contemporânea. Conforme nos ensina Nora (1988), os lugares das memórias que Amado nos legou são os locais privilegiados onde estão os registros das concepções de um projeto de nação, do papel da família, do papel dos trabalhadores e homens comuns, do papel das instituições, entre outras.

Reforçamos a escolha do autor como objeto de análise do presente estudo, sobretudo, pela importância das contribuições das obras amadianas para uma (re)interpretação do

pensamento administrativo brasileiro, com especial ênfase para o campo da Administração Política, considerando, pois, um campo próprio para recontar a dinâmica histórica da formação social, política, econômica e cultural brasileira sob o olhar crítico e contextualizado da administração; isto é, buscando ressignificar os mecanismos administrativos que fundaram as bases de um *modus operandi* (o como fazer?) que permitiram e ainda permitem a preservação de modelos tradicionais e excludentes de desenvolvimento econômico e social. Para dar conta de uma interpretação tão ampla e complexa, considera-se que as obras selecionadas de Jorge Amado resguardam, pelas formas e objetos, a universalidade do processo de socialização que marcou a região sul da Bahia.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos: uma introdução; um capítulo que apresenta a perspectiva da história com seus novos objetos, problemas e abordagens, ressaltando o papel do uso da literatura como fonte de pesquisa; seguido do capítulo três, que discute a dimensão analítica da Administração Política, no qual se buscou definir as bases conceituais, teóricas e metodológicas que auxiliariam o desenvolvimento da pesquisa; desdobrando-se no quarto capítulo, onde fora apresentado o pensamento administrativo de Jorge Amado identificado nas obras selecionadas; por fim, o trabalho é encerrado apresentando as considerações finais e apontamentos para novos estudos.

2 HISTÓRIA: NOVOS OBJETOS, NOVOS PROBLEMAS, NOVAS ABORDAGENS

Na década de 1920, a Escola dos Annales⁴, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, propôs uma história que fosse constituída não apenas por fatos singulares, de ordem política, diplomática ou militar, de ordem factual, mas uma história-problema, preocupada com o contexto sociocultural das minorias, dos excluídos, dos que estavam à margem dos processos político-econômicos na sociedade.

A Nova História começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. 'Tudo tem uma história', como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão 'história total', tão cara aos historiadores dos Annales (BURKE, 1992, p. 11).

Para compreender melhor o surgimento da Escola dos Annales e o movimento historiográfico que a ela se opunha, encontramos em Burke (1992) as principais características do paradigma tradicional, pautado em uma história que diz respeito essencialmente à política, concebida para refletir essencialmente as funções e o papel do Estado, voltada apenas para uma análise nacional e internacional e desconsiderando, portanto, a perspectiva regional e local. Pensavam a história como uma narrativa dos acontecimentos, sua escrita baseava-se em documentos e registros oficiais e, ainda, concebiam-na como historiografia objetiva, cabendo ao historiador apresentar os fatos como eles realmente aconteceram. Em síntese, essa perspectiva tradicional oferecia uma visão dominante da história, concentrada apenas nos feitos dos grandes homens, generais, eclesiásticos, estadistas; enquanto ao restante da humanidade destinava um papel secundário. O interesse pela historiografia social e econômica foi incorporado no século dezenove, mas, segundo Sharpe (1992, p. 40), o principal tema continuava sendo a revelação das opiniões políticas da elite.

Ao prefaciá-la edição brasileira do consagrado livro de Marc Bloch, Lilia Schwarcz (2001) afirma que a Escola dos Annales tinha como intenção problematizar o próprio fazer histórico e a própria capacidade de observação, pois a história, como filha do seu próprio tempo, trazia consigo em cada época novos temas, inquietações e convicções diferentes de tempos memoráveis. A historiadora nos lembra que, como afirmou Bloch, documentos são vestígios do passado e esses, por sua vez, não falam por si só, mas é imprescindível saber interrogá-los, destacando que são as perguntas que condicionam o objeto e não o contrário,

⁴ Movimento historiográfico francês iniciado na primeira metade do século XX.

como a historiografia clássica acreditava ser a base científica da história. Com o surgimento da Escola dos Annales, portanto, novos tempos levam a novas historicidades, pois, afinal, é exatamente isso que faz da história uma estrutura em progresso. Com essa visão crítica, Schwarcz (2001, p. 08) afirma que, com a emergência da Escola de Annales, “tratava-se de uma espécie de guerra de ‘trincheiras’ contra a história exclusivamente política e militar; uma história, até então, segura e tranquila diante dos eventos e da realidade que buscava anunciar”.

Foi justamente a revista dos Annales, fundada em 1929 por Bloch e Febvre, que deu origem ao movimento de renovação da historiografia francesa e que embasou o que atualmente chamamos de Nova História. Os adeptos da *Nouvelle Histoire* passaram a buscar uma síntese histórica global do social, desprezando os fatos isolados e passando a valorizar os elementos psicossociais da coletividade. Nos primeiros números da revista, o grupo que estava à frente do movimento, apesar de ainda publicar artigos de historiadores econômicos (ligados à historiografia tradicional), expressou claramente suas prerrogativas no que tange ao

[...] combate a uma história narrativa e do acontecimento, a exaltação de uma historiografia do problema, a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só à dimensão política e, por fim, a necessária colaboração interdisciplinar (SCHWARCZ, 2001, p. 10).

Como ressalta Burke (1992), a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é construída social ou culturalmente. Seu relativismo e interdisciplinaridade, portanto, destroem a tradicional distinção do que é periférico e central na história.

A essa altura, os representantes da nova história questionam sobre qual fato não seria histórico e o que compreendia exatamente a ciência que estuda o passado. Como, então, deveriam proceder os novos historiadores? As respostas a essas questões podem ser perfeitamente respondidas por Bloch (2001), ao afirmar:

[...] em primeiro lugar, a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente?

Sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes de heróis e dos reis. Mas nessa primeira memória da humanidade, confusa como a percepção de um bebê, um esforço constante de análise pouco a pouco operou a classificação necessária. É verdade, a linguagem essencialmente tradicionalista, conserva o nome de história para todo o estudo de uma mudança na duração [...] Ela não pertence à história dos historiadores.

[...]

‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’. O historiador não apenas pensa o ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.

[...]

Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos (BLOCH, 2001, p. 52-53, 55 e 68).

A fim de explicar a articulação entre os variados níveis que compõem uma sociedade em sua totalidade, os estudiosos dos Annales buscaram evidenciar a ligação e a dependência de aspectos, *a priori*, díspares, como fatores econômicos, das mentalidades, da cultura, da vida agrária e urbana, da demografia, dos fatos do cotidiano e da vida privada, das etnias, das religiosidades etc., quando observadas e analisadas na riqueza de suas particularidades e, posteriormente, complementadas com informações vindas de outras áreas, de outros campos de uma mesma realidade social. Estes compõem, portanto, “verdades” mais amplas, profundas e totais.

De acordo com Ciro F. Cardoso,

História-síntese e micro-história não são, portanto, necessariamente excludentes. São abordagens que se podem combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa. Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades (1997, p. 447).

Nessa perspectiva, a história tradicional considerada narrativa, dogmática e factual, revelava-se, desse modo, deficitária diante dos novos questionamentos teórico-metodológicos propostos pela Escola dos Annales. Os estudiosos dessa nova corrente foram, pouco a pouco, descartando os aspectos meramente conjunturais, factuais, de uma história imediata, que, por si só, caracterizava-se tal qual uma pseudo-história. Para eles, a história, observada num curto período de tempo ou no curto prazo, é incapaz de apreender e explicar as permanências e mudanças ocorridas nas sociedades. Portanto, basearam-se na análise das estruturas, nas evoluções, nos processos de longa duração e, além disso, em seus reflexos na história mundial, nacional e regional. O interesse pelo desenvolvimento estrutural das sociedades foi algo herdado de sociólogos que viveram no século XIX, notadamente Auguste Comte, Herbert Spencer e Karl Marx. A própria revista dos Annales se inspirou na revista *Année Sociologique*, publicação encabeçada por Emile Durkheim (BURKE, 1992). Toda a pesquisa histórica, a partir de então, superada a historiografia tradicional, fora baseada na formulação de novos problemas, métodos e abordagens e se inscreve, portanto, na vaguidão oportuna de

uma história chamada, em sentido amplo, de história social – de quem o homem em sociedade constitui objeto final da pesquisa (CASTRO, 2011).

Visto que não há realidade pronta e acabada, o historiador, como homem da ciência, não efetua uma simples coleta, “feita com tesoura e um frasco de cola” (MARROU, 1975, p. 48), mas como uma “[...] construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado” (LE GOFF, 1988, p. 32). Devendo estar atento às relações entre passado e presente, e vice-versa, os quais se iluminam, se revelam mutuamente, cabe ao historiador “o trabalho da problematização, da construção de hipóteses, de reabertura do passado, da releitura e reexame de seus processos” (REIS, 1994, p. 34). Afinal, os fatos não falam por si só, portanto, não há como negar o papel ativo que o historiador, que também é sujeito histórico, desempenha no processo de produção do conhecimento.

Uma vez que o historiador reflete ou se relaciona com o objeto de estudo e na busca pelo entendimento da ação social, pela objetividade histórica, imprime uma subjetividade que é própria do ser humano, caracterizando uma objetividade relativa quando comparada ao todo. Nesse ponto, inscreve-se o problema da imparcialidade do historiador. Mas, segundo Bloch (2001), existem duas maneiras de ser imparcial: “a do cientista e a do juiz. Elas têm uma raiz comum, que é a honesta submissão à verdade” (BLOCH, 2001, p. 125), cabendo ao historiador, portanto, na lide do seu ofício, compreender, triar e analisar fatos contextualizados e suas respectivas fontes.

A história-síntese proposta por Bloch e Febvre proporciona, pois, o equilíbrio entre os elementos materiais e espirituais, o econômico e o mental, desempenhando um papel social, pondo em primeiro plano a atuação das massas na história, do homem comum e de seu cotidiano, uma história diferente da tradicional, vista de baixo para cima, que considerava “mais seriamente as opiniões das pessoas comuns” (BURKE, 1992, p. 16). Essa maior liberdade de atuação do historiador se deu exatamente com o surgimento de novas técnicas e a admissão de novas fontes de pesquisa, liberando-o para a utilização não apenas de documentos oficiais, fontes escritas, mas tendo ao seu alcance uma série de documentos de natureza arqueológica, pictográfica, iconográfica, fotográfica, cinematográfica, numérica, oral, literária, enfim, documentos de múltiplas bases. Esses documentos, na riqueza de sua intercomunicação, complementam-se ou contrapõem-se, preenchendo possíveis lacunas e silêncios encontrados durante a pesquisa.

Afinal, como afirma Marrou (1975, p. 53),

[...] o passado apresenta-se primeiro como um fantasma, sem forma nem consistência; para o apreender, é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se. Enquanto não o atacamos dessa maneira, permanece velado e silencioso. Logicamente, o processo de elaboração da história é desencadeado, não pela existência dos documentos, mas por uma diligência original, a questão posta, que se inscreve na escolha, na delimitação e na concepção do assunto.

Falar do passado compreende, pois, estabelecer uma relação intensa entre sujeito e objetos: ambos vistos como históricos. Justamente por isso, a História Nova propõe uma crítica à concepção de documento, pois não o inocenta tanto em relação aos aspectos ressaltados ou descartados pelo historiador, como no que se refere às ideologias embutidas nesse documento pela sociedade que o produziu, seja de forma consciente ou inconsciente.

Deve-se admitir, ainda, a multiplicidade dos tempos sociais e a conciliação entre ambos, colocando, em primeiro plano, não apenas o tempo homogêneo e linear, o qual, por sua vez, impede as construções e reformulações dos acontecimentos históricos. Assim, “a História é o resultado do esforço, num sentido criador, pelo qual o historiador, o sujeito cognoscente, estabelece essa relação entre o passado que evoca e o presente que é o seu” (MARROU, 1975, p. 48). Essa percepção, por sua vez, só será possível através da quantificação, análise e problematização dos fatos históricos, proporcionando o alargamento e aperfeiçoamento da história enquanto disciplina. Partindo da ideia de que toda produção humana é passível de reflexão, a historiografia contemporânea nos tem permitido olhar o passado a partir de muitos pontos de vista, buscando, assim, estabelecer uma conexão com saberes que anteriormente eram restritos a outras áreas; os domínios da história se alargaram, surgindo novos objetos como a morte, as crenças e comportamentos religiosos, as formas de sociabilidade, os rituais, entre outros.

Com a designação de História das Mentalidades ou Psicologia Histórica, delimitou-se um novo campo voltado para a investigação da cultura tida como popular, para a longa duração e a classificação dos fatos da mentalidade. Filha da Escola dos Annales, a história das mentalidades foi celebrada durante a década de 1970. Entretanto, segundo Cardoso (2011), os historiadores das mentalidades se dedicavam ao estudo do periférico, negavam as totalidades históricas e propagavam uma história sem contradições. É possível verificar, a partir de 1980, o declínio das mentalidades e a ascensão de outros campos herdeiros dos seus temas e problemáticas. Como exemplo desse movimento de renovação metodológica, podem ser destacadas a história da vida privada, do gênero, da sexualidade etc. Nesse sentido, afirmou-se o recorte micro-histórico que reside nas racionalidades e estratégias que põem em funcionamento comunidades, famílias e indivíduos.

Todavia, o grande refúgio das mentalidades foi a chamada História Cultural, abrigo mais seguro esse campo buscou defender a legitimidade do estudo do mental, sem negar a história como disciplina ou ciência específica. Esta identificou, em diferentes lugares e momentos, que uma realidade social é construída, pensada e exteriorizada, sendo necessário, para tanto, classificações, divisões e delimitações que organizam a compreensão do mundo social, real. A nova História Cultural denota especial atenção, assim como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas, como festas, resistências, crenças, enfim, pelo popular. Assim sendo, Cultura Popular, segundo Ginzburg, significa o conjunto de atividades, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico (VAINFAS, 2011). Definindo-se pela sua oposição e relação com a cultura letrada ou oficial das classes dominantes, essa corrente, por sua vez, filtra elementos da cultura popular e os incorpora. Contudo, Chartier (1990, p. 56) afirma que

[...] saber se pode chamar popular ao que é criado pelo povo ou àquilo que lhe é destinado é, pois, um falso problema. Importa antes de mais identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais.

É possível afirmar, portanto, que nenhuma realidade é objetiva em princípio, visto que é reapropriada, seja pelo indivíduo, seja pelo grupo que faz parte. A realidade é reconstruída pelo sistema cognitivo, integrada ao sistema de valores e depende completamente da história e ideologia que cerca este sujeito. Assim, uma representação do social se configura com a busca do conhecimento sobre a maneira como um grupo humano constrói um conjunto de saberes e expressam a sua identidade. E é formada, exatamente, quando as pessoas se juntam para falar, discutir o cotidiano, ou quando estão expostas às instituições, à mídia, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades. O conceito de representações sociais é multifacetado, pois deve ser concebido com processo social que diz respeito a comunicação e discurso e também compreende as estruturas sociais de conhecimento e os símbolos compartilhados pelas pessoas em grupos ou sociedades.

Assim, para Vainfas (2011), a história é sempre um texto, ou mais amplamente, um discurso, seja escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que, somente através da decifração dos discursos, que exprimem ou contêm a história, poderá o historiador (ou aquele que se aventura pelos caminhos da história) realizar o seu trabalho. Dessa forma, todos os vestígios do passado são considerados subsídios para o historiador, entre eles a literatura e o cinema.

Afinal, o narrador, aquele que vê, constitui um elo, uma ponte entre os que observam e os que são observados, entre os que perguntam e os que são perguntados. Por isso, é

imprescindível que recorra a todos instrumentos possíveis e cabíveis ao transporte para sua sociedade, dessas diferenças, conservando espaço para alteridade, para que o leitor perceba que o outro, mesmo dessemelhante do eu, tem seu valor.

Carlo Ginzburg declara que história e ficção não passam de gêneros da narrativa literária, uma e outra estão condenadas a (re)inventar a realidade. Notadamente de personagens anônimos, sujeitos coletivos da história, antes sem rosto, sem nome. Para tanto, faz-se necessário combinar ou coordenar abordagens distintas, resguardando logicamente as diferenças e até a oposição entre seus paradigmas (VAINFAS, 2011a). Um dos maiores problemas para os novos historiadores se refere à identificação das fontes e a escolha dos métodos, além do engajamento junto a uma tendência para explicação histórica. Sendo que, como destaca Burke (1992, p. 31),

Nos anos 50 e 60, os historiadores econômicos e sociais foram atraídos por modelos mais ou menos deterministas de explicação histórica, tenham eles dado a primazia aos fatores econômicos, como os marxistas, à geografia, como Braudel, ou aos movimentos da população, como no caso do chamado ‘modelo malthusiano’ de mudança social.

Em seu ensaio sobre micro-história, Giovanni Levi argumenta que, mais recentemente, os modelos que despertam maior interesse dos historiadores são os que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por estes e a capacidade que apresentam para explorar as incoerências dos sistemas sociais e políticos nos quais estão inseridos (BURKE, 1992).

2.1 HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA

A história e a literatura são leituras possíveis acerca do real, ambas remontam a questões como a verdade do simbólico e da gerência do tempo. Para alguns estudiosos como Hayden White, a narrativa histórica, assim como a literária, é de natureza fictícia, pois está impregnada de elementos imaginários de seus “criadores”. No caso da história, esta se baseia em documentos, fontes; mas, como representação do ausente, aproxima-se da narrativa literária.

Todavia, a história constitui um conhecimento científico e, para tanto, depende de arquivos, métodos de pesquisa e demais critérios de cientificidade, já a literatura e o cinema

não possuem esse rigor, enveredando por caminhos mais abrangentes, poéticos. Justamente pela Nova História ter renunciado ao domínio da verdade, enquanto representação, a história atualmente não se mede por critérios de veracidade, o que configuraria um retrocesso; mas, sim, pela verossimilhança, que é o ponto de convergência entre hipóteses possíveis de um passado efetuado, vivido; daí origina a credibilidade do autor, desde que consiga explicar, de maneira plausível e com respaldo de fontes confiáveis, o acontecimento em questão. Nesse aspecto, as fontes são apenas indiciárias e não revelam a verdade propriamente dita como em outrora. Portanto, admite-se a presença da ficcionalidade no domínio do discurso histórico, o qual sofre o crivo da testagem, a comprovação.

Assim, o discurso histórico se constrói distante da experiência vivida no presente e o passado é reinventado. Recompostos os fatos, são pré-selecionados, a história é “inventada”, dando asas à imaginação do historiador, lembrando que se trata de uma produção autorizada, mediante o uso de métodos científicos e da pertinência da construção; enquanto que a narrativa literária se lança a voos livres, distanciando-se da checagem da veracidade dos fatos.

Em determinados momentos, história e literatura se afastam, noutros se aproximam de tal forma que parecem conter e estarem contidas. Evidentemente, lidam com o tempo passado e devem fazê-lo com coerência em seus textos, ainda que sua materialização se dê através de imagens.

Mesmo o historiador possuindo a chancela no trato com o tempo, as versões apresentadas pelo literato não devem ser descartadas ou relegadas a um segundo plano. O que geralmente ocorre é exatamente o confronto dos dados, das evidências apresentadas por cada um deles com suas peculiaridades, sendo que a literatura permite uma leitura mais aberta, uma gama maior de interpretações.

O fato de a história ser uma ciência não minimiza a importância da literatura em nosso exercício de comparação, pois afinal também socializa memórias, narrativas e discursos, além de construir ou reforçar laços identitários, através dos modelos de pensamento e comportamento que revela. Em alguns casos, como essas formas de pensar são “desejadas”, idealizadas pelo literato, este acaba exportando, até para além de nossas fronteiras, uma coesão social forjada – aqui cabe destacar que não é o que ocorre com a obra amadiana de forma mais ampla, conforme será apontado mais adiante.

Um documento (seja qual for sua natureza) é sempre portador de um discurso, não é algo transparente, cabendo ao historiador, portanto, relacioná-lo ao social; ou seja, as

condições de produção de um discurso têm a ver com o ideológico, com os valores da sociedade que produz, ainda que o seu reconhecimento dependa das instâncias de poder capazes de legitimar, validar ou não a sua aceitação pela sociedade.

O discurso histórico e o discurso ficcional buscam, pois, produzir o efeito de real como o desejo de fazer crer que as coisas aconteceram realmente da forma apresentada, respaldando-se na função imaginária tanto da consciência individual quanto social. Desse modo, o historiador é um literato e o literato também é historiador, sendo possível estudar história através da literatura ou o contrário, visto que estão num mesmo patamar, pois possuem vínculos estreitos.

A relação entre as ciências sociais e a literatura traz à tona variados questionamentos, como, por exemplo, o conflito entre verdade e ficção, situação recorrente na bibliografia que trata da narrativa literária em história. Em Starobinski (1976), encontramos que os textos apresentam fragmentos do universo que se delimitam por nossa maneira de olhar. Nesta perspectiva, os elementos internos ao texto devem lhes permitir, neste caso, existência independente e coerente; enquanto que os elementos externos devem promover o questionamento de seu conteúdo.

A literatura tem sido cada vez mais frequentada pelos historiadores e mais recentemente por administradores, em especial os chamados administradores políticos, na tentativa de alargar e aprofundar as formas como entramos em contacto com o passado e os novos olhares permitidos a partir dessa nova perspectiva (re)interpretativa. Fundamentando a interação da história com a literatura, Pesavento (2000) nos apresenta a seguinte indagação:

Mas se o historiador, na sua busca de construção de um conhecimento sobre o mundo, quer resgatar as sensibilidades de uma outra época, a maneira como os homens representavam a si próprios e à realidade, como não recorrer ao texto literário, que lhe poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de um outro tempo?

Fica claro, na indagação apresentada por Sandra Pesavento, que ambas as narrativas – a literária, e a histórica – se esforçam para capturar a ação dos homens e re-apresentar (reinterpretar) o real. Nesse sentido, embora suas estratégias de apresentação possam diferir, é pertinente observar o diálogo ou o cruzamento de olhares entre os dois domínios.

A partir desse ponto de intercessão de múltiplos olhares – história, literatura e administração política –, acreditamos que se tornou viável buscar novas possibilidades de reinterpretação do Brasil, pela integração de novas análises interpretativas suscitadas,

especialmente, a partir do movimento modernista. O pensamento político e social desses intelectuais e artistas, enquanto elite pensante, formulou novos critérios de compreensão crítica e contextualizada, tomando a cultura e as artes como referências centrais. Como aponta Bertolli Filho (2000, p. 239), após a Primeira Guerra Mundial, novas perspectivas se abriram para a compreensão dos processos culturais no mundo e no Brasil, onde

[...] as noções de aculturação, assimilação, relativismo e sincretismo cultural, e sobretudo, as relações estabelecidas entre personalidade individual, psicologia social e trama cultural ganham foro de verdades científicas, suscitando novas interpretações dos fatos culturais e seus reflexos na trajetória social e política das nações.

Cresce em importância a produção dos literatos, cronistas, arquitetos, antropólogos, sociólogos e demais pensadores brasileiros, a partir da década de 30 do século passado, dentre eles podemos destacar Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado, além de outros, protagonistas, pois, de uma revitalização intensa e densa dos fundamentos teóricos e metodológicos que passariam a orientar as análises da formação social, econômica, cultural e política brasileira contemporânea. Para muitos autores, a exemplo de Bertolli Filho (2000, p. 240), houve nesse período o que classificou como “[...] redescobrimto do Brasil como forma de articulação de um projeto nacional possível e afinado com as circunstâncias do momento”. Falar de projeto nacional aproxima, portanto, essas novas correntes reinterpretativas da História viva do Brasil, do que chamamos de Administração Política brasileira. Vislumbra-se, pois, naquele contexto de profunda e ampla ebulição criativa, produtiva e prescritiva, acerca dos rumos que a sociedade brasileira deveria tomar as bases para a concepção de um novo padrão de relações sociais de produção e distribuição, que integraria todas as dimensões de leituras críticas da sociedade brasileira (nova história, literatura regionalista, economia política, sociologia política, administração política, dentre outras).

A obra amadiana, em sua micronarrativa, que prioriza a narração de uma história sobre as pessoas comuns situadas no local em que estão instaladas, revela os padrões que fundamentam as bases das novas relações sociais de produção e distribuição que emergem no pós-30, demonstrando, assim, a permanência e o agravamento dos dramas sociais originários da velha estrutura socioeconômica e política ainda dominante. Assim, diante do leque dos novos problemas, abordagens e objetos incorporados pela historiografia, com base na influência da Escola dos Anales, a obra de Jorge Amado poderá ser analisada sob diversos olhares: do ponto de vista da longa duração ou da conjuntura; enquanto história econômica e

social das ideias, das mentalidades; enquanto campo de investigação poderia estar vinculado tanto à história agrária, quanto à urbana, das paisagens, da história do cotidiano e da vida privada, da sexualidade, das religiões e religiosidades, de gênero, entre outras. Em síntese, a micronarrativa apresentada por Amado, com a riqueza de detalhes e multiplicidades de atores sociais, oferece farto e relevante subsídio para novas análises e interpretações, como é o caso do olhar da administração política, base teórico-metodológica que fundamenta este estudo.

3 PERSPECTIVA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

No capítulo anterior, reconhecemos que a História tem subsidiado, de forma crescente, estudos de múltiplas bases de conhecimento e que o uso da literatura, por outro lado, também tem potencializado novas interpretações dos relatos historiográficos. Ao lado das perspectivas histórica e literária de compreensão crítica e contextualizada da realidade social contemporânea, incorporamos o olhar da Administração, em especial da Administração Política, como instrumento importante de reinterpretação das dinâmicas que fundamentaram os padrões das relações sociais de produção e distribuição do espaço-tempo analisado neste estudo, articulada, naturalmente, a outros movimentos científicos críticos, em particular da Economia Política. Nesta secção, será abordado, portanto, o escopo da produção científica no campo da Administração e da Administração Política que, articuladas às inserções histórica e literária, nos ajudarão a compor a base teórico-metodológica que dará suporte ao desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO

O desafio deste estudo se encontra justamente na aproximação entre os campos da Administração com a História e a Literatura, mais especificamente com a narrativa literária. Encontramos em Da Costa, Barros e Martins (2010) que a aproximação entre Administração e História não é um fenômeno recente, todavia ainda não avançou de maneira substancial. Entretanto, afirmam que esse quadro será modificado com a identificação das mudanças de paradigmas que decorrem com a área da História e transbordam para o campo da Administração. Desse modo, os citados autores nos mostram que a transição dos métodos e abordagens da História tradicional para a História Nova, conforme vimos no capítulo 2, ampliam os horizontes de outros campos do conhecimento, inclusive o campo da Administração, possibilitando, pois, como destaca Da Costa, Barros e Martins (2010, p. 289),

a) [uma] melhor compreensão dos fenômenos administrativos; b) formação de pesquisadores mais conscientes de seus caminhos de pesquisa; e c) fortalecimento da interdisciplinaridade por meio da criação de vínculos mais profundos entre as áreas.

Com base nessa conclusão, pode-se afirmar que a incorporação da pesquisa histórica traz consigo o alargamento das possibilidades de novos estudos, novos objetos e novas abordagens, sendo a narrativa literária, a Administração e a Administração Política algumas possíveis fontes.

Nos textos de Jorge Amado, encontramos a construção das relações sócio-político-econômicas e administrativas que emergiram nas terras sul baianas, no final do século XIX e início do século XX. Nesse estudo, *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) foram tomados como fonte de estudos centrais considerando, pois, como enfatiza Pesavento (1998, p. 21-22), que

[...] o discurso ficcional, como refere Ricoer (1983), é uma ‘quase história’, na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido [...]. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje [...].

Com base nessa afirmação, consideramos que Amado nos revela nos textos selecionados que o imaginário coletivo daquele espaço-tempo não pressupõe integração social, ao contrário, os modos de ser (e viver) da elite branca e patriarcal, em nada se aproximam do horizonte vivido pelas classes subalternas e suas vozes dissonantes. O autor revela, portanto, com tenacidade, os problemas sociais, políticos, econômicos e administrativos nacionais, refletidos na região cacaeira.

Com base nas observações de Pesavento (1998, p. 34), podemos afirmar que, entrecruzando a literatura e a história, é possível perceber que Jorge Amado, sob inspiração marxista, nos mostra um Brasil de contradições. Para o citado autor, as obras de Amado refletem uma análise voltada para a sociedade brasileira, “[...] do urbano ao rural, da burguesia ao proletariado, do coronel aos jagunços, as diferenças estão postas, e a recuperação da identidade se dá pela reinterpretação do passado e a compreensão do presente que dá a rota para o futuro desejado [...]”.

O exercício da presente pesquisa nos permitiu observar que há várias maneiras de interseccionar o texto histórico como o texto literário. Mas, para levar a cabo nossa análise, fez-se necessário desenhar um horizonte histórico no qual a leitura dos textos amadianos ganhasse sentido. Imperioso neste caso foi contextualizar os fatos sócio-históricos apontados por Jorge Amado com estudos pertinentes à sociologia, ciência política, economia e, na nossa perspectiva, a administração, a fim de esboçar um quadro propriamente interpretativo. Desse modo, para que nossa análise tivesse sentido, foi preciso tangenciar o ficcional com o

histórico e o histórico com a organização social, econômica e administrativa, num esforço tático interdisciplinar.

Assim, a compreensão do pensamento administrativo por meio da análise histórica e literária é crescente no Brasil e, de acordo com Da Costa, Barros e Martins (2010, p. 289), existem

[...] a) a busca de maior relevância e contribuição teórica das pesquisas por meio da ampliação de uso do método histórico; b) o resgate dos aspectos históricos e interculturais em oposição à reprodução ideológica dominante que tende a excluir o passado ou o contexto das teorias e práticas organizacionais (VIZEU, 2007); e c) a aproximação dos pesquisadores ao contexto da realidade brasileira potencializando uma posição de engajamento e compromisso consciente com sua realidade social (GUERREIRO RAMOS, 1996).

Notória é a importância da contribuição fornecida pela pesquisa histórica ao fundamentar pesquisadores que buscam novos olhares e outras epistemologias no campo da Administração e da Administração Política, a exemplo do trabalho de Martins (2007), ao propor analisar o modelo de governança comunitária em Canudos, utilizando como referência fundamental a literatura euclidiana e relatos orais dos descendentes de moradores de Bello Monte, e de Rigo (2012), que iniciou uma aproximação entre a análise literária e a Administração Política, tomando como base interpretativa algumas crônicas de Machado de Assis.

Numa outra proposta de pesquisa em Administração, mostra-nos Fischer (2010) que deve haver uma agenda de pesquisas sobre o ensino de administração que considere o posicionamento favorável do diálogo crescente entre administração e história da educação (com especial ênfase nas possibilidades teórico-metodológicas advindas dessa articulação interpretativa), sobretudo diante do alargamento do campo da história contemporânea, o que potencializa maior entendimento da trajetória do ensino em Administração no país.

Assim, percebemos que o campo da pesquisa em administração se aproxima com fecundidade da historiografia, sobretudo após a História Nova (empreendida nos anos 30 do século XX), conforme vimos no capítulo anterior. Por estudarmos o pensamento administrativo, coadunamos com o que o sociólogo e literato João Ubaldo Ribeiro denomina visão crítica da realidade brasileira, ao exaltar que, ao administrador, cabe observar a estrutura social com suas oposições e antagonismos, compreendendo, pois, o mecanismo de funcionamento da sociedade. Essa ampliação do olhar do administrador possibilitaria, para o autor, atuar sobre as tensões encontradas e promover a transformação social (RIBEIRO, 2006). Já Guerreiro Ramos nos indica que a Administração compreende, antes de tudo, uma

Ciência eminentemente de integração com as demais áreas humanas e sociais (PIZZA JÚNIOR, 2010).

Percorrer o caminho do entrecruzamento da história, da literatura e da Administração Política implica, pois, compor um patamar teórico-metodológico mais amplo que nos permita reinterpretar as relações sociais de produção e distribuição que fundamentaram a formação socioeconômica brasileira e sul baiana, sob uma perspectiva que define como pressuposto teórico-metodológico central integrar duas dimensões indissociáveis: o pensar e o agir simultaneamente, como ressalta Santos (2009).

Visando apresentar uma síntese desse novo movimento acadêmico e científico, apresentaremos, a seguir, um resumo dos aspectos teórico-epistemológicos que fundaram a Administração Política como campo do conhecimento.

3.2 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS

As discussões sobre o campo científico da Administração Política nascem em 1993, lideradas por um grupo de professores da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Santos e Ribeiro (1993, 2004 e 2009) situam a Administração Política enquanto campo do conhecimento próprio das ciências administrativas. Para fundamentar essa nova teoria, os autores desenvolveram diversos artigos e livros publicados nos últimos 20 anos, tendo a Revista de Administração Pública (RAP), a Revista Brasileira de Administração Política (REBAP), a Revista Organização & Sociedade (O&S) e a Editora Hucitec como principais periódicos e parceiros, comprometidos com a difusão dos debates e promoção de discussões fundamentais para a consolidação do campo.

As questões epistemológicas fundamentais colocadas pelos autores para que a Administração se consolidasse como ciência emergem, pois, da compreensão e delimitação inicial dos conceitos de Administração, Gestão e Gerência, interpretados equivocadamente como sinônimos, mas que, na realidade, têm significados distintos ainda que complementares. No esforço de delimitar a etimologia dos conceitos citados, os autores identificam que Administração seria a área do conhecimento da ciência administrativa, enquanto a gestão seria seu objeto científico, responsável pela concepção das formas/padrões de gestão que viabilizariam o alcance dos objetivos de uma dada organização (social, pública e social), e a

gerência representaria, pois, a dimensão responsável pela operacionalização, pela “engenharia” dos processos administrativos – denominados pelos autores de administração profissional ou instrumental (SANTOS; RIBEIRO, 1993).

Em síntese, compreendem por Administração Política a concepção e estruturação do *como fazer, do como conduzir, do como organizar as relações sociais de produção e distribuição* para o alcance de um determinado padrão de bem-estar social. Desta forma, a gestão, como objeto científico da Administração, é compreendida como a dimensão abstrata, a dimensão teórica, responsável pela (re)definição do(s) conteúdo(s) que dão forma e essência institucional e administrativa às organizações.

Esse debate surge de uma tensão saudável e frutífera dentro do campo tradicional da Administração, visto que, para as correntes clássicas, fundadas na chamada Administração Científica ou Administração Geral,⁵ se existisse um objeto científico que permitisse identificar um campo científico, este seria a **Organização** e não a Gestão, como defendiam Santos e Ribeiro (1993). Ao sustentar que a organização estaria muito mais vocacionada para assumir o papel de objeto especial de estudo ou de pesquisa da administração e não como campo científico, Santos e Ribeiro (2009) demonstram que a organização não se qualificava para objeto científico pelo simples fato de que esta era considerada como campo de estudo para diversas outras ciências, a exemplo da sociologia das organizações, da antropologia das organizações, da psicologia das organizações, da engenharia da produção, das relações de poder, campo próprio da ciência política, entre outras.

Com esse contra-argumento, os autores reforçam que qualquer pretensão de alcançar um patamar científico exigiria da administração identificar um objeto próprio que garantisse uma ação autônoma de interpretação e ação sobre a realidade social (ainda que compartilhado com diversos outros saberes, já que se trata de um campo interdisciplinar por natureza), identificado, pois, como sendo a **gestão**. Isso implica afirmar que a Administração Política, para interpretar, ressignificar e transformar a realidade, necessita assumir um papel político mais ativo, rompendo, assim, com uma perspectiva meramente instrumental ao qual sempre esteve vinculada, desde o início do século XX com a criação da Administração Científica.

Ao definir o **objeto** da Administração Política como sendo a **gestão**, os autores avançam na construção dos aspectos teórico-metodológicos do novo campo e definição das

⁵ Representados por Frederick Taylor, Henry Ford, Frank e Lillian Gilbreth, Henry Gantt, Henri Fayol, e todas as escolas que reforçaram a administração instrumental que sucederam esses pensadores clássicos. Ver CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

leis gerais que permitiriam aplicar esse campo como referência para a reinterpretação crítica e contextualizada da realidade social. Naturalmente a ciência administrativa, aqui denominada de Administração Política, assume um relevante papel de ciência normativa e prescritiva, tendo em vista ser responsável por definir modos de comportamento, formas de relacionamento, padrões de gestão, modos de relações sociais de produção e de distribuição, dentre outras modalidades de comportamento individual, organizacional e social que refletem, pois, o *como organizar-se*, o *como preservar interesses* e também o *como construir bases para a transformação*.

Em síntese, ao integrar definitivamente a dimensão política para compreender não apenas a dimensão micro-organizacional, mas principalmente para dimensionar a dimensão macrossocial, a Administração Política coloca a ciência administrativa em um patamar de poder estabelecer um diálogo à altura com as perspectivas histórica e literária, especialmente no compromisso de ajudar na (re)interpretação dos fenômenos socioeconômicos, culturais e políticos contemporâneos e brasileiros, em particular.

Desta forma, Ribeiro (2008, p. 15-16) explica que, em um sentido mais amplo, a *Administração Política* deve ser entendida dentro de uma visão interdisciplinar das ciências sociais, ressaltando aqui a contribuição mais próxima da economia política, da ciência política e da administração, afirmando que, “à medida que as condições históricas do sistema econômico se transformam, as relações do Estado com a sociedade sofrem profundas mudanças”. Do mesmo modo, Santos (Ibidem) define que, nestas condições, a *Administração Política* representa (ou responde pelo) o modelo de gestão que leva à finalidade última da produção social.

Por outro lado, encontramos em Oliveira (2008) e em Teixeira (2008), pesquisadores do campo da administração, que a forma como o campo da Administração está organizado não permite levantar discussões ou influenciar, de maneira positiva, avanços significativos em direção a consolidar a administração como campo de pesquisa ou campo próprio de conhecimento. Como destaca Oliveira, um dos grandes limites para o avanço da administração enquanto campo científico está na própria formação dos administradores que segue copiando modelos estrangeiros.

Já Fonseca (2008) ressalta o caráter não neutro da Administração enfatizando, pois, que o fazer administrativo comporta fortes componentes políticos intrínsecos tanto a sua dimensão teórica como principalmente no campo da prática. Nesse mesma direção, Caribé (2008, p. 47) afirma que

A Administração Política nada mais é do que uma das facetas das ideias e práticas da classe dominante hoje. Não é a administração que partiu das fábricas para o resto dos espaços de poder: mas os gestores que passaram, a partir do local de trabalho, a dominar o Estado, no seu mais amplo sentido.

Para o autor citado, a Administração Política nos auxilia a compreender melhor as relações produtivas que fundamentam o sistema e a sociedade capitalistas modernos e contemporâneos, dando destaque para os modos como se estabeleceram os padrões de acumulação e distribuição da riqueza, dando destaque para o papel do Estado nesse processo ao assumir a liderança pela concepção e coordenação de um padrão de Administração Política centrado em bases conservadoras de socialização.

Com base na contribuição dos autores trazidos para nos ajudar a construir essa breve síntese sobre o conceito e evolução do campo da Administração Política, acreditamos que nosso estudo está perfeitamente alinhado a essa proposta teórica e metodológica, visto que comungamos com a avaliação feita por Gomes (2012, p. 12), ao afirmar que os percussores dessa área

[...] avaliaram a perspectiva histórica com um olhar que resgata a importância da administração como campo da ciência social também preocupada em construir a crítica de seu ponto de vista, ou melhor, do ponto de vista da administração política. Uma crítica que se debruça sobre os aspectos essenciais da gestão das relações em uma sociedade capitalista periférica e subalterna no jogo de poder internacional.

3.3 ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: USOS E APLICAÇÕES

Inspirados no estudo de Rigo (2012, p. 65) que busca alargar as possibilidades e os interesses de estudos empíricos em Administração Política com vistas a promover uma aproximação com a literatura brasileira, propomos introduzir novas leituras do pensamento administrativo (e Público) questionando sobre *como as crônicas de Machado de Assis podem revelar sobre a Administração Política Brasileira*.

Nesse sentido, a proposta teórico-metodológica que fundamentará o presente estudo assumiu como base central realizar uma reinterpretação crítica e contextualizada acerca das relações sociais de produção e distribuição que fundamentaram a sociedade sul baiana. Em síntese, seguiremos os passos inspiradores de Rigo (2012) e buscaremos encontrar *o que as narrativas literárias de Jorge Amado podem revelar sobre a Administração Política Baiana*.

Com esse objetivo, tomar-se-á como base para uma nova análise das obras selecionadas de Amado à luz da Administração Política, na qual será buscada uma aproximação com os processos sócio-históricos formativos da chamada por Amado de sociedade grapiúna.

A sedimentação da Administração Política como um campo científico e metaparadigmático próprio da ciência administrativa assumirá também o papel, ainda que indireto, de fundamentar críticas às limitações dos paradigmas vigentes e das práticas instrumentais, reforçadoras, pois, do pensamento hegemônico que tem fundamentado o campo da Administração desde o início do século XX até a atualidade. Em certo sentido, ao integrarmos à narrativa histórica de Jorge Amado o olhar da Administração Política, estaremos, sem dúvida, contribuindo para recolocar a administração em outro patamar acadêmico e científico, na medida em que será aberto, com esse estudo, um caminho irreversível para o estabelecimento de um diálogo entre o pensamento ou teorias administrativas e o campo da história e da literatura engajada. Juntas, a história, a literatura e a Administração Política consolidarão uma perspectiva inovadora e promissora para a realização de (re)interpretações críticas e contextualizadas sobre os processos sócio-históricos que conformaram as bases da formação social, econômica, política, cultural e administrativa do Brasil e da Bahia.

Utilizando as definições de Santos (2012, p. 13), tomaremos como base teórico-metodológica que:

- I. A Administração Política é o campo da administração que trata da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade;
- II. O ensino e a pesquisa no campo da administração não podem ficar restritos a um único modelo de sociedade e visão de mundo;
- III. O estudo da Administração Política não se limita apenas à esfera da gestão estatal, mas, também inclui a gestão dos negócios privados e sociais;
- IV. Existem correlações de forças ideológicas, teóricas e de prática da gestão dentro do campo da administração no qual a Administração Política deve exercer a sua finalidade de desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e as contradições epistemológicas, metodológicas e praxiológicas das vertentes teóricas que compõe o campo da administração;
- V. Existem outras formas de gestão das relações sociais de produção que requerem da administração uma análise mais sistemática e aprofundada, não respondida pelos atuais paradigmas.

Em tais afirmações, encontramos bases para sustentar nossa avaliação de que Jorge Amado foi capaz de retratar nas obras selecionadas uma crítica contextualizada do cotidiano que marcou a vida socioeconômica, política, cultural e administrativa da região cacauzeira da

Bahia. A releitura dessas obras partindo do olhar da Administração Política implica, pois, ratificar a percepção que certamente já estava implícita nas leituras feitas por Amado referente às bases do que denominamos aqui relações sociais de produção e distribuição que fundamentavam a sociedade baiana da época. Nessa direção, Amado denuncia que o capitalismo nas terras do cacau provocou uma profunda e perversa concentração de riqueza e renda nas mãos de um pequeno número de atores (os coronéis), o que contribuiu para que o autor reproduzisse sobre a zona sul baiana, em tons mais fortes, os padrões concentradores e centralizadores do capital nacional.

Esse retrato pintado por Jorge mostra não apenas como se davam as relações socioeconômicas, mas também como se evidenciava as lutas sociais (em particular dos trabalhadores) reveladas nas relações administrativas estruturantes e estruturadoras de um padrão de Administração Política brasileira e baiana, pautadas na superexploração do trabalho, refletido em relações semifeudais e semiescravocratas. Na sua sensibilidade crítica, Amado conseguiu retratar muito bem o papel implícito e explícito assumido pelo padrão de Administração Política que orientava as relações complexas entre Estado e sociedade na região do cacau no sul da Bahia.

Com base nesse substrato acadêmico consistente, decidimos investir em uma discussão inovadora sobre a Perspectiva da Administração Política na narrativa literária Amadiana, e para tanto selecionamos três obras clássicas de Jorge Amado: *Cacau* (1933), *Terras dos Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e, de forma subsidiária, será incorporada *O menino grapiúna* (1982). Através da leitura crítica destas obras, buscaremos identificar, como já destacado anteriormente, o que as obras de Jorge Amado podem nos contar sobre a Administração Política baiana e brasileira. Obviamente, para responder a esse questionamento, assumimos como pressuposto básico que os retratos do cotidiano e do mundo político que o autor retrata, tomando como base a dinâmica socioeconômica da região cacauífera e as descrições e interpretações da literatura nacional que emergiu no Brasil nos anos 30 do século passado.

Nessa perspectiva teórico-analítica, reside a base da nossa proposta de estudo, que assume, pois, o esforço de reinterpretação das obras amadianas à luz da Administração Política, buscando, desse modo, oferecer um novo olhar sobre uma interpretação crítica já bastante discutida, particularmente nos aspectos econômico, social, cultural e político. A contribuição da pesquisa será, portanto, na perspectiva administrativa, identificar *como a sociedade baiana e regional foi sendo estruturada* para dar conta do padrão de

desenvolvimento econômico e social concebido e implantado com base na produção da monocultura do cacau. É nesse recorte que delineamos a base teórica e metodológica que fundamentará o presente estudo partindo da compreensão do modelo/padrão de organização institucional e administrativo, materializado no padrão de Administração Política (gestão e gerência) para a implantação e reprodução do *modus operandi* que garantiria, à sociedade local e regional (e de algum modo nacional), preservar os interesses socioeconômicos e políticos hegemônicos.

As narrativas literária e histórica pressupõem, portanto, a ordenação do real e a busca da coerência dos fatos, através da correlação dos aspectos analisados e das relações que daí irão emergir. A significância que é atribuída pelo leitor revela a validade da narrativa. Sobretudo na narrativa literária, o poder de designação da verdade dos relatos se dá pelos critérios de verossimilhança e credibilidade inferidos do texto. Afinal, a literatura constitui uma fonte de socialização das memórias, das narrativas e dos discursos, conforme destacam Leenhardt e Pesavento (1998). Em Jorge Amado, encontramos expostos, com a sensibilidade característica de um literato, a apreensão do real, dos jogos que refletem as forças sociais e de poder nas terras do cacau.

Os pressupostos teórico-metodológicos, aqui apresentados, servirão de base, pois, para a análise do próximo capítulo, dirigido para reconhecer, nas obras selecionadas de Jorge Amado, as perspectivas do padrão de Administração Política que fundamentaram as relações sociais de produção e distribuição da região sul baiana. Cabe ressaltar que, para os propósitos deste trabalho, a análise do próximo capítulo não foi estruturada de forma didática e complexa, conforme proposto no trabalho elaborado por Martins et al.⁶ (2011), mas foi estruturado em formato de texto reflexivo sobre cada uma das obras escolhidas. Certamente inspirada nos avanços do citado autor e motivada pelos resultados alcançados neste estudo, daremos prosseguimento à interpretação na perspectiva da Administração Política na narrativa literária amadiana em futuros estudos de doutorado, buscando, também, inspiração no modelo de análise desenhado por Martins (2007, 2010, 2011, 2012).

⁶ Martins et. all. (2011) evidencia o modelo de análise proposto pelo próprio autor em 1999, denominado *Tetraedro Semiológico das Organizações*.

4 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA NA NARRATIVA LITERÁRIA AMADIANA

As obras do autor baiano Jorge Amado ocupam lugar de destaque na produção de novos temas, formas de expressão e apreensão do mundo, sentimentos e lugares, que traduzem a “paisagem humana e social do Nordeste, particularmente da Bahia, seu Recôncavo, sul e sertão”, conforme destaca Araújo (2003, p. 09). Em âmbito internacional, a literatura amadiana notabilizou-se pela projeção da cultura brasileira e baiana, induzindo o leitor à percepção de valores, condutas e relações dos universos relatados em sua vasta obra, traduzida em mais de cinquenta países; parte delas foi inclusive adaptada para o rádio, o cinema, a televisão e o teatro. As matrizes temáticas na literatura de Amado se dividem em dois ciclos: campo e cidade, tendo início, em 1931, com o lançamento do primeiro livro, *O país do carnaval*.

Está presente na obra amadiana uma preocupação em compreender e denunciar um dado padrão de Administração Política, ao descrever como foram estruturadas tanto as condições objetivas de materialidade da sociedade baiana, como as condições subjetivas de vida – a vivência espiritual, que impulsionavam a atuação dos sujeitos em busca de mudanças políticas, econômicas e sociais, ou seja, em busca de uma vida melhor.

Conforme ressalta Sousa (2001, p. 44), as lembranças de Jorge Amado revelaram outros sinais relevantes que

[...] falavam de homens na sua prática diária, espontânea ou organizada. Práticas que abriram a cada homem possibilidades de aquisição, ainda que a longo prazo, de uma consciência enquanto ser social, consciência política, consciência de classe, o que faz de cada indivíduo, o sujeito que passaria a compreender o papel que desempenhava na transformação da sociedade em que vivia. Ser integrante de uma determinada classe social, no entendimento de que somos um “acontecer”, é visualizar que somos sujeitos sociais resultantes de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, surgidas no corpo de uma dada relação de produção, na qual entramos involuntariamente.

Com base na interpretação de Sousa (2001), estamos convictos de que Jorge Amado extrapolou sua análise sócio-histórica do sul da Bahia para além da figura dos coronéis, ao dar voz prioritariamente aos trabalhadores, atores que, segundo o autor, seriam indispensáveis à existência e manutenção das práticas sociais e econômicas do sul baiano – marcando uma

interpretação crítica e contextualizada de um padrão de Administração Política fundamentado na exploração das classes despossuídas.

4.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA REGIÃO SUL BAIANA (REGIÃO DO CACAU)

Ensina-nos Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001) que a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia, sob a forma de Carta Régia, em 25 de abril de 1534, não passava de uma aldeia nos três primeiros séculos de existência. A mata intensa com seu rico solo, além dos rios caudalosos foram atrativos naturais que levaram os colonizadores, num primeiro momento, a comercializar a madeira de lei e a investir no plantio da cana-de-açúcar. Porém grande parte dos colonos que vivia ali esteve ligada à cultura da mandioca e outros vegetais. Esse período, chamado por Sousa (2001, p. 33) de espaço-gênese, “tinha a ver com o modo como foi se desenvolvendo o processo de colonização da Capitania, em terras inicialmente habitadas por diferentes tribos indígenas”.

A chegada da cultura cacaeira reverteu esse quadro de forma acelerada, ao longo do século XIX, sobretudo após a valorização internacional do preço do cacau e da disponibilidade de terras devolutas ao sul do Estado da Bahia, conforme a primeira Constituição Republicana de 1889, fato que motivou o fluxo migratório intenso de populações vindas do interior da própria Bahia, além de Sergipe, Alagoas e Ceará.

Portanto, podemos afirmar que a presença da lavoura de cacau no sul da Bahia demandou a luta contra a constituição natural da floresta, de seus animais e mitos. A selva foi, aos poucos, dando lugar à região cacaeira, “constituindo-se, gradativamente, num espaço cultural diferenciado”. Conforme ressalta Sousa (2001, p. 20), “o equilíbrio inicial se desfaz ao se intensificar o avanço do homem sobre a mata, na cobiça pela posse de terras, na disputa pelo processo acumulador de propriedade e de poder”.

O cacaeiro, árvore nativa da América tropical, era uma cultura conhecida pelos nativos brasileiros, desde o início da colonização. Seu cultivo iniciado em pequena escala no Amazonas se difundiu aos poucos para outras regiões do país. As primeiras mudas do cacaeiro foram trazidas do Pará, por volta de 1745, e plantadas às margens do Rio Pardo, atual município de Canavieiras, local onde encontrou condições naturais favoráveis para o seu

desenvolvimento. Inicialmente, a planta era cultivada nos quintais, pois era considerada exótica. O crescimento mais substancial da plantação ocorreu nas proximidades da vila de São Jorge dos Ilhéus, apesar de a lavoura ter-se espalhado por toda a região sul da Bahia. Nas proximidades da vila, o cultivo do cacau se consagrou como monocultura de exportação. Como ressalta Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001, p. 89), “[...] Passou-se do regime de produção familiar para o de produção comercial, basicamente monocultor e gradativamente assalariado”.

Somente no século XIX, com a ampliação do consumo do chocolate na Europa e nos Estados Unidos, o cacau tornou-se produto de forte expressão econômica no mundo. No Brasil, o eixo produtor do cacau deslocou-se do vale amazônico para o sul da Bahia, local de fácil acesso que reuniu condições climáticas, solo fértil e terras virgens.

Em relação à economia baiana, Pang (1979) afirma que, até o final do século XIX, o cacau possuía um papel secundário entre os produtos de exportação da Bahia. Apenas a partir de 1904, superou os resultados obtidos pelo fumo, ganhando importância e representatividade, chegando a assumir, nos anos seguintes, 90% da produção total de cacau do Brasil. A partir desse momento, as lavouras baianas se estenderam em ritmo acelerado alcançando um período de grande prosperidade, conforme destaca Prado Jr. (1981).

O governo republicano estava voltado para as questões da cafeicultura, momento em que a política nacional confundia-se com a política do café. A Bahia não possuía nesse momento significativa representação política e econômica nacional. O governo federal, até a década de 1920, só dava atenção aos problemas da lavoura cacauzeira quando havia alguma reclamação do mercado internacional quanto à qualidade⁷ da amêndoa, por exemplo.

Mas esse quadro se reverteu e a Bahia, após enfrentar longo período de estagnação econômica, após a decadência da cultura do açúcar, encontrou no cacau uma nova perspectiva de voltar a ter representatividade na economia nacional. Conforme ressalta Prado Jr. (1981, p. 183),

[...] para se avaliar o que significaria este gênero na economia baiana, basta lembrar que mais de 20% das rendas públicas do Estado provinham, em princípios do século atual, de um imposto sobre a exportação do produto. Direta ou indiretamente, quase toda a riqueza baiana e a vida dos habitantes repousará nos cacauais. E eles lhe trarão efetivamente um certo bem-estar e desfogo econômico.

⁷ Providências do governo, no tocante a fiscalização e controle da qualidade do produto exportado, ocorreram a partir de 1925, quando o serviço de compra e venda da amêndoa passou a seguir uma classificação, baseada em cinco tipos: superior, sepfixo, bom, regular e restolho (Guerreiro de Freitas e Paraíso, 2001).

O aumento da produção gerou obviamente aumento da arrecadação de impostos para o Estado, através da cobrança de direitos de exportação e serviços agrônômicos, chegando a representar mais de 1% sobre o valor da exportação que se destinava ao Banco de Crédito da Lavoura da Bahia.

As flutuações do preço da arroba do cacau dependiam tanto de fatores internos (produção), quanto externos (procura), havendo queda nas exportações no período da Primeira Guerra (1914-18) e durante a crise de 1929. Inicialmente, a economia cacauceira baiana sofrera com a concorrência da Costa do Ouro na África, que passou a produzir em larga escala e rapidamente passou a responder por cerca de 40% da produção mundial da amêndoa. O Brasil passou, então, a assumir o segundo lugar na produção mundial, enfrentando, a partir desse momento, crises cada vez mais graves (PANG, 1979).

As propriedades normalmente concentradas nas mãos de grandes fazendeiros continham, por vezes, mais de 300 trabalhadores e chegavam a colher até 50.000 arrobas por ano. A monocultura voltada para a exportação obrigava os fazendeiros a se relacionarem com empresas exportadoras – que tratavam da compra e venda das amêndoas. Algumas dessas casas exportadoras “passaram a funcionar como verdadeiras casas bancárias, financiando os interesses diversos de seus fornecedores”, como bem destacou Sousa (2001, p. 35), momento em que as safras futuras passaram a ser negociadas corriqueiramente. Os exportadores assumem um papel singular nessa dinâmica econômica, passando a abastecer o mercado regional com toda ordem de produtos.

Nos textos de Jorge Amado, encontram-se, pois, as aventuras das pessoas que construíram a chamada sociedade grapiúna; e o autor vai utilizar seus romances para denunciar a exploração do trabalhador das roças de cacau e contar a saga dos coronéis em busca do poder político e conquista das terras ainda intocadas. Ao denunciar os interesses imperialistas na atuação dos exportadores, a “narrativa amadiana traçou um perfil para cada um desses atores, revelando seus desejos, seus conflitos, dores e alegrias” (SOUSA, 2001, p. 36).

Conforme vamos avançando pela ficção amadiana, é possível perceber que sua vasta obra é constituída de poucos temas, os quais se desenrolam com intensidade e amplitude variadas livro a livro, ou por bloco temático. Jorge Amado se autodeclarou como neobarroco⁸,

⁸ A poética barroca, em termos conceituais, é capaz de inserir uma práxis artística, num quadro mais amplo de uma práxis cultural, posteriormente numa práxis política, e depois geográfica, e assim sucessivamente, formando um *continuum*. O neobarroco, pelo visto, projeta-se como essa continuidade, inclusive com o reconhecimento

conforme aponta Araújo (Op. cit.), e costumeiramente apresenta o povo, o homem comum, como centro de seu processo de criação e análise, propondo, pois, uma literatura em que o povo é considerado ator principal e não apenas o tema ou assunto. Na descrição de Amado, os atores sociais apresentam instâncias de consciência num mundo recheado de opressões e injustiças sociais, conforme destaca Cândido (1992).

De acordo com Araújo (Op. cit.), a força do conjunto da obra amadiana provém justamente de o mesmo limitar-se a poucos temas, pois, a exemplo de Machado de Assis, em sua etapa romântica, apresenta, de um livro para o outro, os mesmos germes, elementos similares e correspondentes, quadro ou situações e, até mesmo, personagens que perpassam de um texto a outro, formando nem sempre um conjunto harmônico em simetrias, mas primando pela unificação das diversidades apresentadas.

O leitor se depara, portanto, nas obras de Amado, com as disfunções na sociedade branca: hierárquica, dita europeizada e civilizada; com os coronéis que, como senhores feudais ditam seus códigos de suserania e vassalagem, apresentam suas casas-grandes e senzalas, seus capatazes e seus trabalhadores alugados; além do retirante, do camponês, do pequeno comerciante, entre outros atores. Sob uma linguagem espontânea, nada ingênua e carregada de lirismo popular, dá voz a conteúdos humanistas da nossa formação, regenerando o “tecido da cordialidade brasileira na clivagem de problemas oriundos da transmigração de uma sociedade agrária para a industrial e suas flechadas correlacionais” (ARAÚJO, Op. cit., p. 28). A crítica social em Jorge Amado tem por objeto, assim, a orientação transformadora e revolucionária daquela sociedade, o que implica concluir que, através das letras amadianas, é possível indagar sobre o caráter nacional brasileiro, isto é, sobre o Projeto de Nação.

Dentre os temas cíclicos, Amado apresenta e problematiza sobre meninos de rua, o trabalho no campo e na cidade, a discriminação social, racial e religiosa, a atuação da mulher na sociedade, o sonho da liberdade, o animismo, a magia, os mitos e toda ordem de credices, mas também identifica e descreve, ainda que de forma implícita, os padrões administrativos que fundam e normatizam a forma de administrar daquela sociedade, entre outros. Como já apontado por Araújo (Ibidem), tal classificação não tem pretensões totalitárias, mas obedece a critérios metodológicos identificados por ele, de modo a organizar as matrizes temáticas que orientam os estudos das obras de Amado.

Com relação às obras de iniciação de Jorge Amado, como *Cacau* (1933), por exemplo, afirmam os críticos que a escrita do autor, nesta fase, beira o panfletário, visto a sua busca intensa para estreitar o critério de verossimilhança com o real. Aos poucos, o passional dá lugar ao analista mais tranquilo e didático, crítico e questionador da realidade, preservando “a crítica da sociedade que tem como objeto a orientação transformadora e revolucionária dessa mesma sociedade” (Ibidem, p. 25).

Com relação a *Terras do Sem Fim*, Cândido (1992) afirma que se trata de um romance histórico, o qual reúne poesia, documento e psicologia. Se neste livro Amado retrata a saga do desbravamento das terras sul baianas, além da ampliação e fixação civilizatória do cacau como medida econômica e social no desenho da geografia humana da região, em *São Jorge dos Ilhéus*, ele amplia o universo da saga cacauzeira, destacando a ascensão e queda dos coronéis, tendo como pano de fundo o império capitalista dos exportadores. Em linhas gerais, nas duas obras, Amado evidencia, conforme afirma Araújo (Op. cit., p. 21), a teia de comportamentos das classes inferiores “refletida no inconformismo de classes outrora estanques e amortecidas, na remuneração dos trabalhadores rurais, na organização social de estivadores e camponeses liderados por uma militância comunista [...] contra integralistas e gananciosos do poder”.

Já em *Gabriela, Cravo e Canela*, a tirania dos coronéis se dilui com a abertura das mentalidades conservadoras da sociedade ilheense, sendo que destaca que a cidade se sobrepõe ao campo na narrativa, realçando inclusive o papel da mulher na exaltação da liberdade de expressão e de ações frente ao contexto social machista. Vale ressaltar, porém, que a obra amadiana implicitamente apresenta

o maniqueísmo entre os bons e puros comunistas e o amoralismo criminoso dos inimigos (em geral, ricos, banqueiros, latifundiários, empresários, diplomatas, políticos), esses reunidos numa assombrosa rede de maldades e perversões [...]. Maniqueu ressurgiu aqui privilegiando em uns (os inimigos do povo – latifundiários, industriais, banqueiros, capitalistas), as categorias próprias ao escândalo, ao cabaré-bordel de suas vidas expostas aos vícios, à covardia, à hipocrisia, leniência, venalidade, ganância e cinismos, valores antípodas aos percebidos pelos ideais da Comuna brasileira no Estado Novo (ARAÚJO, 2003, p. 26).

O caminho percorrido por Jorge Amado, após desfiliar-se do Partido Comunista do Brasil, em 1955, justamente após a escrita do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, foi vislumbrar outros recursos de combate às desigualdades, dando destaque aos seguintes aspectos: explorando as contradições intrínsecas ao capitalismo, denunciando as posturas das relações de opressão de classes e dando espaço ao estilo de sátira caricatural, mas não

abandonando os ideais socialistas. A narrativa amadiana é, portanto, considerada engajada na medida em que revela o levante rebelde e a tomada de posição dos personagens, conforme apontado por Araújo (2003),

[...] absorvendo a tese etapista do partido, adequando-a a concepção do romance proletário inscrito no modelo do realismo socialista e didatizando o fenômeno de transformação da realidade pela assunção da consciência de classe, a arte literária de Amado desenvolveu-se num tríptico do espaço romanesco: pólis, paixão e revolução. Seu projeto estético assim se confundiu com o ideológico, tornando a obra um bloco uno e integrado (p. 31).

Nas próximas seções, faremos uma análise das obras selecionadas de Jorge Amado na tentativa de identificar algumas dimensões possíveis da Administração Política nas narrativas que retratam a formação socioeconômica, cultural e política que marcam a sociedade do sul da Bahia.

4.2 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA NA NARRATIVA LITERÁRIA AMADIANA

Como já ressaltado anteriormente, a relação indiscutível entre História e Literatura, reservadas a natureza, objetivos e códigos próprios, aproxima-se nas próprias diferenças, revelando que História e Literatura se complementam. Assim, o objeto analisado no presente estudo se torna mais amplo e mais aprofundando e o leitor tem, assim, a possibilidade de descobrir novas faces interpretativas. Diante de tal proposta, propusemos agregar uma nova perspectiva de análise baseada na Administração Política. Como já ressaltado do capítulo 3, esse novo campo tem por objetivo (re)interpretar os padrões que fundamentaram as relações sociais de produção e distribuição da região sul baiana, integrando, desse modo, uma nova dimensão interpretativa que toma como base central o pensamento administrativo, que permitiu colocar em prática um Projeto de Nação, concebido e idealizado pelos diversos grupos de interesses amplamente denunciados por Amado nas obras selecionadas.

A dimensão da Administração Política é facilmente reconhecida na própria composição da comunidade grapiúna que se construiu sobre o desenvolvimento da cultura do cacau. Nesse sentido, observa-se que o presente estudo segue na trilha do chamado romance social, político e cultural de Jorge Amado, expresso nas obras aqui selecionadas do autor: *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1944), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), e *O Menino Grapiúna*

(1982). Constatamos, pois, a oportunidade de verificar a afeição universal e as relações socioeconômicas, políticas e administrativas que Jorge Amado imprimiu em seus personagens e histórias relatadas. Como crítico social, o autor revelou, através da engrenagem ficcional, as manifestações da cultura regional e práticas socioeconômicas e administrativas efetivas de um dado tempo-espço.

Assim como os estudos machadianos e euclidianos, a análise mais sistemática da obra amadiana leva-nos à certeza de sua forte percepção dos fenômenos sociais políticos [e administrativos] (grifos nossos, FAHEL, 2001). Como fonte principal deste estudo, tomamos, portanto, os textos que Jorge Amado escrevera sobre as contradições de um sistema de mando, de obediência e de lutas travadas, entre a segunda metade do século XIX e 1930, nas terras sul baianas, as chamadas *terras do sem fim*.

A ambiência política dos anos de 1930 no Brasil, como já ressaltado, é de efervescente movimentação do centro, da esquerda e da direita. O regime de força decretado por Vargas e todo o *modus operandi* político-partidário e administrativo que sucedeu a organização do golpe, além da coexistência com o integralismo e relações com países nazifacistas, conferem legitimidade histórica à obra de Jorge Amado, refletido o contexto sociopolítico e econômico em que vivia seus textos projetam nomes e personagens da história nacional e local. Sua escrita foi moldada, pois, para complementar lacunas da história oficial. Nesse sentido, encontramos apoio na análise de Araújo (Op. cit., p. 49), ao afirmar que

[...] a literatura brasileira e seu caráter popular e nacional tem vínculos afetivos no percurso de um Gregório, um Alencar, um Castro Alves, um Lima Barreto e outros. Amado segue esse percurso, adotando linhas temáticas impositivas em seu tempo, a começar por empreender a circularidade temas coma presença de personagens reais, heróis ao ver do tempo e da história e a isso Amado confere autenticidade, nomeando um Prestes, um Manuel Quirino, um Cuíca de Santo Amaro na inscrição de uma literatura comprometida com ideários de revolução popular e nacional [...].

Como já ressaltado anteriormente, Jorge Amado notabilizou-se pela inserção no movimento regionalista de 1930 e no modernismo literário brasileiro, estreando, com sua primeira temática, uma reflexão crítica e contextualizada sobre o ciclo do cacau, interesse especial deste estudo. Com esse ciclo Amado inaugura, a partir da obra *Cacau* (1933), seu segundo romance e, na sequência, aprofunda as reflexões temáticas, através da obra *Terras do Sem Fim* (1943), na qual descreve a saga dos desbravadores e primeiros exploradores da cultura do cacau. Em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), penetra, ainda mais, na temática e faz emergir a tensa relação com os exportadores da amêndoa. Em *O menino Grapiúna* (1982), destaca aspectos da infância e vivência do autor na zona cacaeira, o que permite ampliar o

entendimento sobre os seus escritos. As obras do ciclo do cacau contam, ainda, com outras obras relevantes, como *Gabriela, Cravo e Canela*, *A descoberta da América pelos turcos* e *deságua em Tocaia Grande*.

4.2.1 O Menino Grapiúna: do Sul da Bahia para o Resto do Mundo

Antes de iniciar a análise de cada um dos títulos selecionados, faz-se necessário introduzir alguns comentários mais gerais sobre a trajetória do autor, a fim de compreendermos a dinâmica da sua escrita e motivações.

Jorge Amado nasceu em 1912, numa roça de cacau, no povoado de Ferradas, hoje município de Itabuna. Naquele momento, o cacau já figurava como a lavoura de maior importância no Estado da Bahia. Para o autor, foram as coisas que viu e viveu na infância naquela região que configuraram a base de tudo que, posteriormente, criou e recriou. Declara que o que lhe formou foi exatamente o que se encontra ligado ao tempo de vida na região cacauera (RAILLARD *apud* SOUSA, 2001). Aliás, dentre os homens que, por tradição, desbravaram e conquistaram aquele espaço sul baiano, se encontra a própria família de Jorge Amado. Em seu livro de memórias, *O Menino Grapiúna*, escrito em 1982, utilizado neste estudo como subsídio para compreensão da crítica sociopolítica amadiana, encontramos o seguinte relato:

[...] desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, a riqueza do mundo: Na época das grandes lutas [...] segue contando que, ainda jovem, seu pai, João Amado de Faria, “abandonara a cidade sergipana de Estância, civilizada e decadente, para a aventura do desbravamento no sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna [...]” (AMADO, 2006, p. 05 e 07).

Portanto, o menino grapiúna fez parte do quadro social das terras sul baianas, permitindo, pois, que, a partir dessa experiência pessoal, Amado fizesse significações do coletivo, das relações pessoais, das tradições e costumes, da vida dos homens comuns, dos pescadores, trabalhadores rurais, mulheres da vida e toda a trama social que caracterizava aquele espaço. Amado afirma, ainda, que “encontra sua razão de ser, suas raízes, nessa primeira infância de terra violentada, de homens e armas, num mundo primitivo de epidemias, pestes. [...] Entre Pontal e Pirangi, antevi o amor e tratei com a morte. [...] A vida do menino foi intensa e sôfrega” (AMADO, 2006, p. 47).

Com base nesses relatos, percebe-se que esse contato direto e cotidiano de Amado com a realidade que o cercava foi decisivo para sua formação literária, em especial quando afirma que,

[...] no meio do povo, homens e mulheres que possuíam cor e odor da terra, o menino ia aprendendo sem se dar conta [...] em companhia de trabalhadores e jagunços: ampliavam seu universo e impediam que medrasse em seu espírito qualquer espécie de preconceito (AMADO, 2006, p. 53).

Tais experiências fizeram com que Jorge Amado guardasse, no plano da ação, a denúncia dos dramas sociais daquelas *Terras do Sem Fim*. Ainda na juventude, engajou-se na militância de esquerda, filiando-se ao movimento da Juventude Comunista, em 1932. Período em que escreveu textos recheados de ideologia libertária, a exemplo de *Cacau e Subterrâneo da Liberdade*. Porém, segundo Sousa (2001), em *Jubiabá, Mar Morto, Capitães de Areia, Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus* já não aparecem marcas tão densas da ortodoxia marxista.

Assim, ao assentar a visão de como a vida social se processava, Amado enxergou naquele modo inicial e particular de extração do cacau uma forma típica do modo de produção feudal, que aqui podemos classificar de padrão próprio de Administração Política, marcado por uma relação socioeconômica fortemente hierarquizada, descrita por Sousa (2001, p. 41) como relação “[...] efetuada sobre o próprio tempo de trabalho do trabalhador direto (corveia), por intermédio de mecanismos extra-econômicos (políticos e ideológicos)”. A partir da análise feita por Sousa, podemos inferir quais modos de organização das relações sociais de produção e distribuição estavam presentes naquele espaço-tempo.

Para o citado autor, essa similaridade traduzida por Amado na compreensão do perfil do trabalho imposto e pesado aos trabalhadores do cacau permite inferir que residia ali um duplo condicionamento: uma relação de produção “feudal”, na medida em que os trabalhadores rurais eram inteiramente submetidos ao domínio dos coronéis, sem quaisquer direitos; e uma relação de distribuição capitalista, vez que toda a produção do cacau era destinada ao mercado externo. Inclusive o fazendeiro, o coronel, era, por sua vez, expropriado pelo mercado internacional que absorvia a produção do cacau.

A leitura crítica de Amado acerca da realidade social certamente foi marcada pela trajetória ativa que marcou sua vida de estudante, acadêmico e literato. Estudou num internato aos 11 anos, participou da Academia dos Rebeldes, fundado por um grupo de adolescentes, experiência que potencializou sua convivência com as festas populares, feiras livres, rodas de

capoeira, salões literários, com o mundo da boemia e com os mistérios do candomblé. Em 1926, aos 14 anos, começou a trabalhar no jornal Diário da Bahia. Entre 1931 a 1935, cursou a Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro⁹ e, influenciado pela romancista cearense Rachel de Queiroz, filiou-se ao Partido Comunista, em 1932. Foi eleito deputado constituinte por São Paulo, em 1945¹⁰, além de entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1961, destacando-se pelo número de comendas e prêmios literários recebidos¹¹.

A experiência com o jornalismo ainda na adolescência foi determinante para o amadurecimento do menino grapiúna como escritor, mesmo porque, nesse período, os jovens aprendizes a jornalistas na Bahia respiravam influências do movimento modernista que nascera em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A literatura Pré-Modernista fora construída diante de acontecimentos como a abolição da escravatura e da Proclamação da República. Sob tal reflexão, os autores modernistas passaram a retratar o homem e a terra, pensando o Brasil com mais força e buscando, desse modo, construir uma “identidade do povo brasileiro”. O Modernismo absorvendo e sintetizando todas essas tendências eclodiram no movimento de 1922, tendo como ápice a Semana de Arte Moderna¹². Um dos efeitos relevantes desse momento histórico foi a quebra do conservadorismo presente nas letras.

Apesar dessa atmosfera, Jorge Amado não se considerava influenciado pelo Modernismo, pois, para ele, o movimento fora, em alguma medida, patrocinado por latifundiários de São Paulo. Chegou a afirmar que tal pressuposição se confirmara quando um

⁹ Jorge Amado formou-se em Direito, porém jamais exercera a advocacia (SILVA, 2010).

¹⁰ “É eleito para deputado em 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro e participa da feitura da nova Constituição, numa Assembleia altamente representativa da inteligência e da cultura brasileiras, da qual faziam parte, entre outros, Afonso Arinos, Amando Fontes, Gilberto Freyre, Gustavo Capanema, Hamilton Nogueira, João e Otávio Mangabeira, Luís Carlos Prestes, Luís Vianna Filho, Nestor Duarte, Plínio Salgado, Prado Kelly e Vieira de Melo, em 1947, o seu mandato é cassado, juntamente com os demais parlamentares do PCB, após essa agremiação política ter sido considerada ilegal” (SILVA, 2010, p. 11).

¹¹ Ganhou prêmios importantes da literatura e da língua portuguesa, dentre outros prêmios: Camões em 1995, o Jabuti, em 1959 e 1997, e do Ministério da Cultura, também em 1997 (SILVA, 2010).

¹² A Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, compreendeu um movimento fundamental para a renovação da cultura brasileira, diante das mudanças sociais causadas em todo o mundo, a partir da Primeira Guerra. Tanto a literatura, quanto as artes plásticas, a música e o teatro, daquele período, seguiam padrões externos, ligados ao parnasianismo na poesia, ao realismo na pintura, e no caso da prosa, estavam influenciados pelos clássicos portugueses. Assim, a Semana de Arte Moderna foi um movimento da elite cultural paulista, que para além da manifestação de artistas, é um marco para as artes no país, visto que captou as grandes mudanças sociais que estavam ocorrendo no Brasil, vivenciadas na política e sociedade de maneira mais geral nos primeiros anos do século XX, romperam, desse modo, com a “arte estabelecida”. Suas maiores expressões foram Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa Lobos, dentre outros. Ver mais em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-90-anos-do-movimento-modernista>.

jornal ligado ao Partido Republicano apoiou a publicação da Revista de Antropofagia¹³. O Autor se considerava como herdeiro da “família de Alencar”, em alusão a José de Alencar que, para ele, marcou e definiu uma vertente da ficção brasileira ao narrar a grandiosidade do povo e a riqueza da terra. Ao se filiar na escola literária de José de Alencar, Amado aponta, pois, um compromisso explícito com a construção de um mundo novo, do mesmo modo que acreditava ter sido esta a grande contribuição de Alencar.

Na década de 1930, emergiram novas ideologias que passaram a assumir, progressivamente, maior espaço no cenário nacional, demonstrando, pois, a necessidade de engajamento e compreensão de novos processos de socialização, indicando a emergência de um novo padrão de Administração Política. Em nome desse movimento de renovação, os acadêmicos e literatos críticos rompem com a estrutura política e, conforme aponta Sousa (2011, p. 53),

[...] o movimento renovador (o socialismo) e as ideias anti-renovadoras (fascismo e nazismo), que se expandiram no mundo, colocaram-se em choque no Brasil e alimentaram interesses contraditórios que respondiam por nossa crise social, resultando nas manifestações aguerridas que colocaram Getúlio Vargas na liderança da política nacional.

Em torno do movimento que eclodiu com a Revolução de 30, surgiu um irreversível movimento de especulação das raízes da crise social e política brasileira. Nesse bojo, surgiu o chamado *Romance Nordestino* ou *romance de trinta*, movimento literário de escritores do Nordeste que coadunaram com José Américo de Almeida, o qual, em 1928, publicou o livro *A Bagaçeira*, obra que dá grande destaque à paisagem e ao homem nordestino. De certo que os modernistas abriram caminho para a grande literatura regionalista, que emergiu nos anos 30 e mudou a dimensão social da nossa literatura, permitindo que autores como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Amado, Erico Veríssimo, Guimarães Rosa emergissem; assim como Carlos Drummond de Andrade, Raul Bopp e Manuel Bandeira renovaram a poesia; e Oscar Niemayer e Afonso Reidy inovaram na arquitetura.

Foi nesse período de efervescência sociopolítica e cultural do cenário nacional que emergiram os primeiros livros de Jorge Amado. Assim, o caminho trilhado por Amado evidencia a sua relação com o povo, visto que sua narrativa privilegiou as vozes vindas de

¹³ O modernismo brasileiro teve seu período áureo nos anos de 1920, momento em que foram lançadas significativas obras literárias e manifestos, exposições artísticas, criação de revistas, dentre outros. *A Revista de Antropofagia*, portanto, “destacou-se pela concepção ousada e pelas idéias polêmicas. Lançada em São Paulo, em 1928, por Oswald de Andrade e um grupo de amigos, como Raul Bopp e Antônio de Alcântara Machado. Com proposta gráfica ousada, a *Revista de Antropofagia* teve duas fases bem diferenciadas, divulgando editoriais questionadores, textos ficcionais, artigos provocadores, comentários breves, notas de efeito cômico [...]” ver mais em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/438>.

baixo, promovendo, assim, espaço privilegiado para a voz dos excluídos. Ademais, acompanhou e traduziu as transformações pelas quais passavam a sociedade em sintonia com o que se passava na Bahia, no Brasil e no mundo. E, como bem interpreta Sousa (2011, p. 58), Amado foi

[...] vivendo e escrevendo em meio ao fluxo intenso de textos internacionais marcados pelo caráter social da década de 30, nesse anelo com os tempos de mudanças no mundo e no Brasil, entre viagens internacionais de interesses do Partido e do escritor, sofrendo prisões políticas, dirigindo revistas e escrevendo artigos para diferentes publicações, foi vivendo nessa intensidade que Jorge Amado produziu seus primeiros livros.

Com distinção, em sua narrativa, ainda que ficcional, Amado trata, com singularidade e riqueza de detalhes, a gênese, evolução e decadência das estruturas de poder nacional e regional, bem como adentra em reflexões sobre os padrões de justiça e ética praticadas na civilização grapiúna. Desse modo, não temos dúvida ao afirmar que as marcas do legado amadiano, referentes ao ciclo do cacau, em especial, incorporaram-se, definitivamente, à geografia literária brasileira e, a partir do presente estudo, pretendemos que sua obra seja incorporada como referência relevante para a compreensão do pensamento administrativo, com ênfase especial para uma interpretação crítica e contextualizada sobre os padrões das relações sociais de produção e distribuição que fundaram e marcaram as bases da sociedade sul baiana.

4.2.2 Cacau (1933)

O Romance narra a relação entre o coronel, o empresário, ou seja, os donos dos bens de produção e o trabalhador rural. Nessa obra, Amado mergulha no universo da luta de classes denunciando a exploração e apropriação do trabalho, os conflitos advindos dessas relações sociais de produção e distribuição, dando destaque, ainda, à greve e aos incipientes movimentos sociais, além de explorar ideais socialistas.

Em *Cacau*, Jorge Amado agudiza o inconformismo e a indignação, mediante a exploração e a miséria relativas às terras do cacau. Adere à proposta literária e aproximando-se da forma e conteúdo dessa corrente ao falar diretamente da categoria social povo. Todavia, os críticos apontam para a simplificação da realidade traduzida neste livro destacando a presença de antinomias ou maniqueísmos, fato que pode ser justificado pela recente filiação

de Amado ao Partido Comunista, ou ainda, por estar iniciando suas primeiras escritas. Conforme destaca Araújo (Op. cit., p. 35), “afinal a partidarização cumpriu um ciclo na obra de Jorge Amado e ele foi sincero, explícito, objetivo e sem reservas, evidenciando com nitidez a face de sua identidade ideológica”.

O romance se situa entres as décadas de 1920 e 30, em Ilhéus, na zona cacauceira, tomando como base a Fazenda Fraternidade, cujo proprietário é o coronel Misael Telles. Nessa obra, Amado fala da fartura do cacau e do bom preço pago aos coronéis em suas transações com os exportadores, evidenciando que, quanto mais rico fica o coronel, mais explora o trabalhador da roça, que na sua maioria deixa seu ganho no armazém da própria fazenda.

Em outro cenário, a cidade de São Cristovão, origem do narrador do romance, o sergipano José Cordeiro, faz uma viagem por sua infância e fala da crise enfrentada em Sergipe, com destaque para a exploração nas fábricas, que, junto com a prosperidade industrial, veio a redução dos salários dos trabalhadores locais. Ao passo que relembra o papel da Igreja Católica, chamando a atenção para o fato de que a pregação dos padres indicava também a submissão dos trabalhadores aos seus patrões. Além disso, ressalta a diferença geográfica dos bairros da cidade: a vila operária, a plebe e os bairros da elite. José Cordeiro relembra, pois, os planos que os operários faziam em migrar para Ilhéus com o fascínio exercido pelo cacau, destacando que a outra opção para os sergipanos seria mudar para São Paulo. Após ter trabalhado como operário na fábrica de tecidos, Cordeiro, no auge dos seus 20 anos de idade, segue rumo a Ilhéus.

Cacau reflete, portanto, o final do século XIX; presenciou grandes mudanças no equilíbrio demográfico e geoeconômico do país, indicando novos rumos para o desenvolvimento nas regiões cafeeiras do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), enquanto seguia em decadência o Nordeste açucareiro. Para Prado Jr (1981), o empobrecimento do Nordeste, povoado densamente, desde a implantação da colônia, resultou numa forte e constante enxurrada demográfica em direção a regiões com melhores perspectivas de vida e subsistência:

este movimento de populações tornar-se-á particularmente ativo depois da grande seca de 1877-80, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e, sobretudo São Paulo, o grande polo de atração (PRADO JR, 1981, p. 151). Neste período, predominava as atividades ligadas a agricultura e pecuária, compreendendo uma população instável, denominada de *rurbana* por Faoro (2000b), ou seja, corpo

social que vive sobre a influencia do campo, é a cidade servindo à zona rural. Enquanto que o norte e o nordeste são considerados outros países – é o Brasil moderno, ao lado do Brasil colonial, na observação de um estrangeiro que analisou o país em 1935, haviam “metrópoles” e “colônias” dentro das mesmas fronteiras nacionais (FAORO, 2000b).

Cordeiro, narrador de *Cacau*, relata, ainda, que, em sua chegada na cidade de Ilhéus, aprendeu sobre outras formas de relação de trabalho; diferente do que vivera, até então, em Sergipe, o trabalho alugado. Durante a viagem de trem para Pirangi (atual Itajuípe), fazenda onde seria trabalhador alugado, descreve as diferenças entre a primeira e a terceira classe: o narrador afirma que quem possuía dinheiro ia na primeira classe e eles, trabalhadores, viajavam na terceira classe, como animais. Amontoados comentavam dos crimes, dos feitos e do poderio dos coronéis – aqueles que dominavam a lei local. A chegada de Cordeiro na região coincide com uma das crises do cacau: queda do preço e desemprego nas roças.

Cordeiro reflete como seria difícil obter uma melhora na situação econômica e social diante dos padrões locais que fundamentavam a base das relações sociais de produção e distribuição da região cacaueira. Reflete que, com aquela hierarquia social, os trabalhadores dificilmente chegariam a ser coronéis e alcançar as fortunas tão sonhadas. Em Leal (1997), encontramos maior entendimento para este ponto, visto que “a massa humana que tira a subsistência das terras dos coronéis, vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” (p. 43).

O narrador de *Cacau* enfoca, inclusive, a extorsão que sofrem dos armazéns das fazendas, onde os preços são exorbitantes e onde são obrigados a comprar gêneros alimentícios, ferramentas para a lide, além de roupas e remédios. Com esse relato, Amado se aproxima do que aqui denominamos padrão administrativo que fundamentava, pois, os processos e as relações de trabalho que garantiam a dinâmica do modelo socioeconômico predominante: a produção latifundiária e extrativista do cacau.

Narrando um pouco da vida em Pirangi, o ator ressalta como se comportavam os representantes do Estado, os quais se utilizavam da autoridade que possuíam em proveito próprio. Nesse ponto, pode-se inferir que, como ator preponderante na concepção, execução e manutenção do sistema econômico de exploração, o Estado assume um papel decisivo como garantidor e validador dos padrões de administração política que fundamentavam o projeto de desenvolvimento local, regional e nacional, sob fortes traços do patrimonialismo.

Faoro (2000a) nos ensina que o patrimonialismo português, inserido na formação sócio-política e administrativa do Brasil colonizado, ecoa ainda na sociedade brasileira atual,

em qua as relações entre o homem e o poder tomam outra feição particular – o patrimonialismo como base ideológica que fundamenta a ordem política, social e burocrática nacional reafirma historicamente a apropriação do que é público, sobrepondo o cidadão a uma posição de súdito. Desse modo, como afirma o autor,

[...] o sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano [...]. A economia e administração se conjugam para a conservação da estrutura [...] (FAORO, 2000a, p. 25).

E seguindo asseverando, Faoro afirma que esta prática marca a vida política e social nacional até os nossos dias. Nesse sentido, pode-se afirmar que o elitismo brasileiro conquistou indisfarçáveis posições, apresentando-se sob diversas formas, visto que, como ressalta o autor, “a classe dirigente, a elite ou a classe política seria, desta sorte, um produto destilado por qualquer sistema, sistema aristocrático ou democrático, com os caracteres dependentes do solo que a gerou” (FAORO, 2000a, p. 103). Na região cacauera, Jorge Amado mostra que não foi diferente.

Em *Cacau*, Amado relembra o papel das mulheres que viviam na “rua da lama”, denominação vulgar da rua de prostíbulos. Afirma que muitas daquelas “mulheres da vida” eram abusadas e estupradas pelos coronéis e seus filhos e abandonadas por suas famílias; viam-se sem alternativa, a não ser viver na Rua da Lama. Aqui, Amado destaca uma leitura crítica da moral social da época, denunciando uma relação machista e de submissão da sociedade aos coronéis.

Outro dado interessante revelador da moralidade social e religiosa está no registro de que, mesmo nos prostíbulos, as imagens dos santos católicos e forte religiosidade eram preservadas. A dimensão moral é mais um fator afirmativo e legitimador dos valores socioeconômicos e políticos dominantes na região do cacau.

Na trama, é destacada, ainda, outra modalidade nas relações de trabalho característica da zona do cacau baiano: a empreitada, relação em que o coronel contrata uma família para colher a roça de cacau e esta aluga outros trabalhadores para colaborar com o processo de trabalho. Nessa modalidade “contratista”, a relação de trabalho se fundamenta na contratação pelo coronel da derrubada de uma mata, ou na limpeza e, ou plantio de outras culturas consorciadas ao cacau e, após determinado tempo, o fazendeiro paga uma quantia estipulada por cacauero e o trabalhador tem direito a parte dos gêneros alimentícios, normalmente

feijão, milho e mandioca, produzidos para subsistência. Caracteriza, assim, em pleno século XX, uma típica relação feudal.

Outro dado relevante na obra é a caracterização das condições desumanas de trabalho, relatadas como devastadoras para a qualidade de vida dos trabalhadores, em que o calor na barcaça e a inspeção do trabalho são comparados ao inferno. A alimentação dos trabalhadores é complementada com frutas típicas da região, como a jaca e a banana, colhidas na natureza. Quanto a conhecerem o sabor do chocolate, mais valioso produto econômico dali, afirmam que nunca viram de perto.

No geral, o narrador aponta que a relação de trabalho é quase escrava, pois, além de todas as péssimas condições já descritas, ressalta, ainda, a presença dos armazéns nas fazendas, meio perverso de extorsão do trabalhador, o qual nunca sabia ao certo quanto devia.

A educação para os filhos dos trabalhadores era inexistente, restando às crianças e aos jovens o mesmo destino de seus pais: ir para a lida. Enquanto na perspectiva dos coronéis, os trabalhadores têm boa vida, pois a estes são dadas várias oportunidades, a exemplo da moradia e da alimentação; para os trabalhadores, os mesmos vivem em situação de semiescavidão.

Cordeiro, nos periódicos contatos com Colodino (trabalhador letrado que fugiu da fazenda), fica a par dos movimentos e das manifestações ligadas à luta de classes que se iniciavam no Brasil, incluindo as greves promovidas pelos sindicatos no Rio de Janeiro e em outras capitais e juntamente com alguns dos seus companheiros de labuta, fomentam uma tentativa de “greve nas roças” de cacau. Entretanto, a ação fora abortada pelo receio de os trabalhadores serem demitidos e substituídos por outros migrantes. Durante a crise relatada, os trabalhadores foram obrigados a ganhar salários ainda menores que o praticado, a fim de se manterem nas fazendas.

Nesse ponto, é possível inferir que o trabalhador alugado e sua família, via de regra, nos textos amadianos, referem-se ao homem cordial, expressão cunhada por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, quando nos ensina que há efeitos decisivos para o núcleo familiar (desde o período da colonização) com a predominância de laços de sangue e de coração do agregado para com o seu superior, nesse caso os coronéis. O traço de cordialidade está intimamente ligado ao desenvolvimento da sociedade brasileira (HOLANDA, 1995).

Enquanto isso, Maria, filha do coronel Misael Telles, ao ouvir as ideias de Cordeiro, narrador do romance, chama-o de socialista, concluindo, portanto, que aquela forma de ver o mundo, baseada em relações sociais de trabalho mais justas, tratava-se de ideais socialistas.

Por outro lado, um traço particular de consciência de classe também é demonstrado na ação de um dos capangas do coronel Telles, ao afirmar que não executa ordem de matar alguém com a sua mesma condição de vida.

No campo da imprensa, havia dois veículos de comunicação, o *Jornal de Ilhéus* e um catálogo organizado pela sua Associação Comercial, em Pirangi, durante a década de 1930. Fica claro, na narrativa amadiana, que as matérias publicadas, por serem controladas pelos coronéis, normalmente eram feitas por encomenda.

Num outro momento de crise do cacau, Cordeiro se desilude com a vida na região e migra para o Rio de Janeiro, atendendo os chamados de Colodino. As cartas que o narrador escreveu enquanto morou em Pirangi se transformam em subsídio para o seu primeiro livro, um livro que retrata a dura vida dos trabalhadores do cacau, seus sonhos e frustrações.

As passagens destacadas acima são reveladoras, portanto, de que Jorge Amado, ao retratar o modo de vida, as reações dos trabalhadores, inconformados com o tratamento recebido e o forte controle social exercido pelos coronéis, também construiu as bases para o que denominamos de Administração Política baiana, pautada em padrões de relações sociais de produção e distribuição semifeudais e semiescravocratas. O autor também registra os mecanismos perversos que repousavam as relações socioeconômicas nacionais e baianas, em particular a cultura do cacau, com a economia internacional, fundadas em uma divisão internacional do trabalho excludente.

4.2.3 Terras do Sem Fim (1943)

As obras *Terras do Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) narram o desbravamento das matas sul baianas para o plantio do cacau. Ao ler o segundo romance, percebe-se claramente a intenção de Amado de dar continuidade e ampliar as abordagens trazidas em *Terras do Sem Fim*. Esta afirmação se fundamenta, pois, na preservação e, ou evocação de alguns personagens e memórias na segunda obra. Segundo ressalta Sousa (Op. cit., p. 63),

[...] pode-se observar que esses dois textos estiveram inseridos no movimento da sociedade de um dado tempo (geração de 30), ao lado de tantas outras obras literárias, como as de Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, todos considerados romancistas sociais do Nordeste.

A figura dos coronéis em *Terras do Sem Fim* são de homens poderosos, proprietários de extensas roças de cacau, justamente quando a lavoura cacauera já era reconhecida como importante riqueza econômica regional e nacional. Tal lavoura atraía muitos interessados, a exemplo dos trabalhadores vindos de regiões secas do Nordeste, de pequenos comerciantes, aventureiros, gente de toda ordem tentando enriquecer frente às oportunidades daquela próspera região.

A narrativa não se atém ao momento em que as primeiras mudas de cacau chegaram à região, ao contrário, já aponta um período em que os grandes coronéis ali estabelecidos lutavam por maiores faixas de terra e ampliação da riqueza e poderes. Evidencia, nessas duas obras, de forma mais ampla e contundente, a exploração do homem pelo próprio homem, fazendo emergir as vozes e as reflexões daqueles que se encontravam submetidos às práticas dominantes do coronelato que se formou nas terras do sul da Bahia. Os coronéis, na perspectiva amadiana, seguiam insaciáveis, conquistando terras e dominando gente. Podemos balizar, conforme nos ensina Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001), entre 1890 e 1920, o período de implantação da monocultura de cacau no sul da Bahia. “Aqueles tempos foram atravessados por fenômenos de todos os tipos – demográficos, sociais, políticos e culturais” (p. 99).

Esse retrato parcial da sociedade grapiúna apresenta um forte teor de crítica social e política com problemáticas ligadas ao patriarcalismo latifundiário, à exploração do trabalhador, ao imobilismo social que se estabelecera naquelas *Terras do Sem Fim* e ao modelo tradicional de Administração Política que se consolida na região, refletindo, assim, o mesmo padrão secular que se instala na jovem nação brasileira desde os tempos coloniais. Conforme aponta Sousa (Ibidem, p. 66), as narrativas denunciam e abordam, sobretudo, “o enraizamento do homem no espaço tradicional, da afeição desenvolvida no trato das atividades rurais, do prazer que o cultivo do cacau oferecia, das lutas de interesses contrapostas entre proprietários das roças e os seus trabalhadores”.

As metanarrativas fazem emergir os sujeitos que habitavam aquele espaço – coronéis, jagunços, capatazes, comerciantes, prostitutas, trabalhadores alugados -, além de revelar os arranjos sociopolíticos, base para a consolidação de um padrão de Administração Política tradicional e conservador, pautado em bases que garantissem que as classes menos

favorecidas estariam sempre a serviço dos “donos da terra”. Ao denunciar as relações sociais de produção do sul baiano, Amado utilizava diversas expressões pejorativas que manifestavam o uso e abuso do poder dos coronéis como o caxixe¹⁴, as manobras jurídicas, a tocaia¹⁵, enfim, todos os tipos de subterfúgios e “jogos sujos” que permitiam a posse das terras alheias.

As obras ganham vigor e caráter universais, pois revelam os elementos básicos e imprescindíveis para a composição histórica que o autor pretendia narrar, tais como o mundo natural (a mata), o espaço físico que acolhia os sujeitos da ação (organização das fazendas) e o tempo específico das ações (época do desbravamento e posse das terras, período áureo do cacau).

Terras do Sem Fim narra, desse modo, a formação sócio-histórica da região cacaeira da Bahia, com destaque para as atuais cidades de Ilhéus e Itabuna. O segundo romance de Jorge Amado, vinculado ao ciclo do Cacau, revela, portanto, a disputa pelas terras devolutas do sul do Estado da Bahia por parte de coronéis – proprietários rurais de fazendas de cacau. A obra está dividida em seis partes: o navio, a mata, a gestação das cidades, o mar, a luta e o progresso. Aqui vale destacar a expressão gestação das cidades, por servir como relevante manifestação do autor em relação ao que denominamos, neste estudo, Administração Política. Ao afirmar que toda aquela dinâmica permitiu a gestação das cidades, Amado estava, ainda que inconscientemente, afirmando que as cidades necessitavam de um projeto para se tornarem reais. Nesse ponto, cabe ressaltar que o autor, ao revelar a forte disputa pelas terras devolutas, estava traduzindo em linguagem literária que as cidades nasceriam daquela disputa irracional e cruel, em que os que se pretendiam ser os donos das terras estavam dispostos a tudo para preservar seus interesses. Em síntese, a semente das grandes cidades sul baianas, em especial Ilhéus e Itabuna, estiveram marcadas por uma luta fratricida entre coronéis. Aqueles anos, relatados por Jorge Amado, confirmam-nos Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001), foram momentos de rápidas mudanças: chegada constante de migrantes, derrubada da mata e plantio desordenado das roças de cacau, surgimento dos primeiros comerciantes exportadores e sobretudo, da estruturação de uma nova ordem político-administrativa.

¹⁴ Termo que se refere à apropriação indevida das terras de terceiros, com o desrespeito à posse, e mesmo aqueles que possuíam terras titularizadas viam suas fazendas subtraídas pela ação dos advogados dos coronéis. As vítimas sofriam um golpe jurídico, com a produção de nova escritura da propriedade a favor de terceiros, sem nenhum tipo de pagamento ou ressarcimento, havia expulsão de suas próprias terras quase sempre com violência. Ver Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001).

¹⁵ Emboscada violenta ao inimigo ou opositor. As tocaias eram motivadas por quaisquer situações, desde o tradicional antagonismo político, até questões conjugais.

Amado evidencia que, num navio que parte da Bahia¹⁶ rumo a Ilhéus, viajam pessoas obcecadas pela perspectiva de enriquecimento fácil na região. Ali estavam coronéis produtores de cacau, prostitutas, golpistas e comerciantes. E na terceira classe, encontrava-se a maior parte dos passageiros, homens e mulheres que iam em busca de trabalho nas terras do cacau; alguns iam com local certo para trabalhar e outros iam, repletos de esperanças¹⁷, ofertar a sua força de trabalho.

Em um dos diálogos entre os viajantes da terceira classe, um senhor afirma que importância tem aqueles com braços fortes ou boa pontaria, assim serviriam para o trabalho nas roças ou para ser jagunço de algum coronel. A grande maioria daqueles que se aventuravam estava em busca do que era noticiado à época de que naquelas *terras do sem fim* o dinheiro era fácil e que era ainda mais fácil conseguir um pedaço de chão¹⁸ para plantar o fruto que valia mais que ouro: o cacau. Como as terras não tinham dono, poderiam, portanto, pertencer a qualquer um que se aventurasse a conquistá-las. Assim, os relatos de homens que ali chegaram e fizeram fortuna atraíam, sobretudo, os sertanejos. Juca Badaró, um dos protagonistas da história, selecionava trabalhadores ainda no navio.

No final do primeiro capítulo de *Terras do Sem Fim*, o comandante da embarcação, após vistoriar a terceira classe, reflete que se sentia como um comandante de um navio negreiro nos tempos da escravidão, onde, ao invés de mercadorias, transporta-se gente para ser escravizada, passagem do texto que confirma a avaliação indicada acima.

Os passageiros da embarcação muito em breve desbravariam a mata, que dormia seu sono jamais interrompido, habitado apenas por mitos e assombrações; essas terras tornaram-se alvo das disputas entre os protagonistas. Encontramos, desse modo, as matas do Sequeiro Grande¹⁹ como alvo da cobiça dos coronéis, visto que se tratava de uma imensidão de terras que ofereciam condições propícias para a cultura do cacau com qualidade e abundância. A mata exerce enorme fascínio em todos: seja pelo temor dos seus segredos e animais selvagens, seja pelos espíritos que julgam esconder, seja pelas doenças incuráveis que oferece aos seus

¹⁶ Feferiam-se à capital do Estado da Bahia, cidade do Salvador, simplesmente como “Bahia”.

¹⁷ Os migrantes sonhavam em se tornarem, ao mesmo tempo, proprietários de terras e senhores dos seus destinos. A propaganda de todas essas possibilidades era promovida por notícias enxertadas nos jornais pelos Governos da época, a fim de reduzir as tensões sociais nas áreas de grande desemprego e pobreza. Ver Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001).

¹⁸ “O maior estímulo era saber da existência de terras apropriáveis em abundância e da possibilidade de ter sua produção inserida na rede comercial exportadora internacional (...)” (Guerreiro de Freitas e Paraíso, 2001, p. 86), o encantamento pela possibilidade de ascensão social era gigantesco entre todos os migrantes.

¹⁹ As matas do Sequeiro Grande, aponta Jorge Amado, ficavam nas proximidades de Pirangi, atual Itajuípe e limítrofe a Guaraci, hoje Coaraci.

desbravadores, seja pelo poder que sua conquista representa. Em cada um daqueles homens, manifesta-se uma espécie de sentimento pela mata.

Jorge Amado nos apresenta, portanto, os protagonistas do livro: de um lado, Juca Badaró (com sua família), que se tratava de um homem abastado, pertencente a uma família de pessoas valentes, responsáveis por muitas mortes e caxixes realizados na região; do outro lado, pela disputa política e econômica, vinculados diretamente à conquista das terras do Sequeiro Grande, estava o Coronel Horácio da Silveira, antigo tropeiro de burros que conquistou riqueza e poder político em toda a região, temido pela dureza no tratar, tinha fama de ter pacto com o diabo.

Esse relato revela, pois, a crença de que as *terras do sem fim* se tornaram um eldorado tanto para homens ricos forasteiros como para trabalhadores rurais pobres, todos em busca de um lugar para viver e constituir riqueza e consolidar suas famílias. Mas, como os padrões de relações sociais de produção e distribuição no Brasil não sofreram mudanças estruturais significativas, as bases que fundaram a emergência dessas novas cidades gestadas na região sul baiana reproduziram os mesmos modelos tradicionais, pautados na concentração da riqueza e da renda, na exclusão social e na exploração da massa de excluídos.

Amado não precisa exatamente em que momento se passa a história, mas nos dá pistas quando fala da influência política de J. J. Seabra, no governo do Estado da Bahia, além de contextualizar a emancipação político-administrativa do município de Itabuna, ou seja, fins do século XIX e primeiras duas décadas do século XX. Já o espaço onde se travaram as disputas políticas e econômicas, fora, em grande parte Ferradas²⁰, Tabocas²¹ e a cidade de Ilhéus. O povo assistia atônito a todos os fatos, enquanto os personagens pertencentes à elite agrária cuidavam dos destinos de todos naquelas terras do sem fim.

Como uma distorção do sistema representativo e da soberania popular, em última instância, a prática do elitismo gera, segundo Faoro (2000a), profundas perturbações na sociedade em que se instala e na política que se pratica a parti dali. Por essa razão, a prática do elitismo no Brasil reflete, segundo o autor,

[...] uma longa herança – herança social e política – concentrou o poder minoritário numa camada institucionalizada. Forma-se, desta sorte, uma aristocracia, um estamento de caráter aristocrático, do qual se projeta, sem autonomia, uma elite, um escol dirigente, uma ‘classe’ política. Ele forma a base do Estado, sempre que ondas

²⁰ Atual distrito de Itabuna.

²¹ Atual cidade de Itabuna.

sucedivas, tumultuárias, renovadoras, não o varrem, em nome do poder majoritário (FAORO, 2000a, p. 104).

A perspectiva histórica revelada por Faoro (2000a) aponta que, após quatro séculos de hesitações contra a ordem de coisas aqui implantadas, de avanços e recuos, perpetuam-se fortes antagonismos entre Estado e nação, entre governo e povo, numa sucessão de equívocos renovados ao longo do tempo.

Na região cacauera não era diferente. Nesse período, a justiça, a política municipal e a imprensa, por exemplo, estavam a serviço dos coronéis e cada um dos protagonistas, possuía uma rede de correligionários em todos os segmentos da sociedade, os quais endossavam os desmandos e os crimes praticados por eles. Assassinos sem julgamentos ou com julgamentos forjados, tocaias, caxixes de terras, e toda ordem de crimes e maus tratos aos trabalhadores faziam com que o senso de impunidade dos coronéis só aumentasse.

Dentre várias passagens da obra, destacamos três como expressões relevantes para a análise proposta neste estudo, são elas: quando os jagunços dos Badaró, mesmo cometendo assassinatos à luz do dia, jamais eram presos ou julgados, visto que o juiz de Ilhéus era “gente dos Badaró”, o que evidencia proteção da justiça às necessidades do coronelato – o negro Damião, braço direito de Juca Badaró nas tocaias, havia perdido as contas de quantos havia “derrubado”; o relato do incêndio realizado no cartório de Venâncio, onde, após o registro de posse das terras do Sequeiro Grande pelo advogado do Coronel Horácio, o Coronel Teodoro das Baraúnas, correligionário dos Badaró, incendia o cartório em Tabocas; e, por fim, cabe destacar a passagem onde ressalta que o Coronel Horácio que, mesmo sendo responsável pela tortura e assassinato de três homens que trabalhavam em suas terras, fora absorvido no julgamento graças à virada política local e o afastamento dos representantes da justiça que poderiam ter lhe condenado.

Por outro lado, Antonio Vítor, trabalhador alugado, descreve o dia a dia daqueles milhares de migrantes que ali chegaram em busca de uma nova vida. Ele próprio, vindo de Estância (Sergipe), rapidamente se deparou com as péssimas condições de moradia – normalmente em casas de barro, barracões coletivos ou em baixo das barcaças de secar cacau, de trabalho – que se iniciava às 5 horas da manhã e se encerrava ao anoitecer, de alimentação – baseada, sobretudo, em café preto e carne seca com farinha, além das frutas nativas (com destaque para a jaca). Após algum tempo, Antonio Vítor é promovido a capanga dos Badaró, selecionado pela rapidez de seu tiro e de sua pontaria.

Tais aspectos são agravados com a descrição da submissão dos trabalhadores das fazendas ao serem obrigados a fazer todas as suas compras nos armazéns, que forneciam toda ordem de artigos, vestuário, alimentos e até instrumentos de trabalho, tudo com preços elevados quando comparados aos valores praticados em Ilhéus, por exemplo, pois geralmente os coronéis cobravam o dobro do valor. Assim, a dívida com o armazém tornava-se impagável, estando os alugados (trabalhadores) presos àquela realidade por anos a fio; às vezes, morriam devendo ao fazendeiro.

Nos três livros analisados, encontramos essa obrigatoriedade das compras dos trabalhadores alugados aos armazéns das fazendas de cacau. Como tão bem ressalta Caio Prado Jr., (Op. cit., p. 158), a presença opressora dos armazéns, em parte,

[...] torna-se fácil por causa das distâncias que em regra separam as explorações rurais dos centros urbanos e do comércio, o que faz do proprietário, quase sempre, um fornecedor obrigatório dos gêneros consumidos por seus trabalhadores. Doutro lado, o baixo nível cultural da massa trabalhadora do país, tão recentemente egressa da escravidão, facilita o manejo arbitrário das contas sempre em prejuízo do empregado.

Nessa perspectiva, um personagem de *Terras do sem fim*, um alugado “cearense”, afirma que os seus pais foram escravos e aquela realidade que vivia era muito pior do que se contava sobre a escravidão, pois viera para o sul da Bahia com a promessa de melhoria econômica e o que encontrou foi exploração. Ressalta, ainda, que não adiantava fugir, pois, em qualquer fazenda, o sistema era o mesmo.

Via de regra, na sociedade grapiúna, o papel da mulher estava ligado aos trabalhos domésticos e à família. A vida social das mulheres ricas se resumia às programações religiosas, enquanto que as mulheres que lavravam a terra tinham uma carga de trabalho igual ou maior que a dos homens lavradores. O machismo imperava nas relações, enquanto que a submissão da mulher à figura masculina era uma constante. A única personagem que fugia a tal regra era Don’Ana Badaró, que se equiparava ao seu tio e ao seu pai nos interesses pelos negócios.

Para além das questões políticas, jurídicas, administrativas ou éticas, a presença da Igreja Católica nas terras sul baianas, naquele momento, transitava entre os grupos oposicionistas e conseguia doações de ambos os lados para a construção do colégio de freiras e da nova Catedral de São Jorge, ambos em Ilhéus. O mesmo valia para a Catedral de São José, após a fundação de Itabuna. Entretanto, a obra não apresenta qualquer compaixão ou real preocupação dos representantes religiosos com os pobres ou com o sofrimento dos

trabalhadores alugados. O curandeirismo, os deuses do culto afro-brasileiro e o espiritismo aparecem de forma rápida e superficial.

Em se tratando de educação, era possível apenas para as famílias abastadas em que as crianças possuíam professores particulares ou eram enviadas para internatos em outras cidades. Inexistia educação pública. Inexistiam também preceitos de saúde coletiva e saneamento básico. A febre, a bexiga e a desnutrição atingiam até as famílias dos coronéis. Somente no final do livro, com o progresso de Ilhéus e Itabuna, são relatadas a pavimentação das ruas principais e o controle da uma febre que assolava os grapiúnas: tratava-se de febre tifo.

As casas exportadoras eram modestas naquele momento, existiam três ou quatro, relata Amado, sendo a mais expressiva delas a Zude, Irmão e Cia. A produção de cacau era quase totalmente consumida no mercado interno e os exportadores trabalhavam não apenas com o cacau, mas também com fumo e algodão. As pequenas casas exportadoras em *Terras do Sem Fim* representavam apenas seções das grandes casas exportadoras suíças e alemãs. Os preços eram impostos pela Inglaterra e a produção nacional era inferior à da Costa d'Ouro. O crescimento da produção local e a demanda internacional mudaram esse cenário posteriormente.

Jorge Amado nos conta que o povoado de Ferradas nasceu em torno de um armazém que o Coronel Horácio instalou na localidade, daí, em pouco tempo, foram surgindo casas, becos e pequenos comércios ao redor do seu depósito de cacau. Tal depósito era o local onde a produção das fazendas do coronel era reunida e depois entregue aos compradores e exportadores. Ferradas aparece no texto como “feudo” de Coronel Horácio – todo o eleitorado local era controlado por ele, o qual fazia planos de levar a estrada de ferro até lá, tão logo J. J. Seabra ganhasse as eleições. Por algum tempo, foi mais importante que Tabocas (ambas as localidades faziam parte do município de Ilhéus). Era o centro financeiro das terras mais distantes da região do cacau e, em contraste com sua pujança financeira, estava a má qualidade das hospedarias e os problemas de saúde pública.

Nas eleições municipais, por influência do período colonial, a escolha dos candidatos predominava sobre a competição, em que a pré-qualificação social tanto de elegíveis, quanto de eleitores, que deveriam, desde o berço, estar qualificados para deliberações e para o poder de mando. Mas, apesar de o liberalismo em terras brasileiras se manifestar, segundo Faoro (2000a), por volta de 1820, o que se notou fora a condescendência com o modelo sem a real

adesão ao mesmo, assim as eleições permaneciam “manipuladas, artificiosa nos instrumentos e falsas na essência” (FARORO, 2000a, p. 412).

Durante o final do século XIX e início do século XX, nas estações eleitorais, o que se percebia era uma mobilização da engrenagem político-administrativa para cativar votos. Os coronéis detentores de patentes da Guarda Nacional ou aqueles que se tornaram coronéis pelo acúmulo de riqueza se movimentavam com suas respectivas redes de contato, com empregos favorecidos, além da conexão com a polícia e a justiça cativas; os grupos políticos partiam para o recrutamento nas fazendas e nas cidades. Com a reforma empreendida em 1881, “[...] as eleições se fazem mais pacíficas, mas não menos falsas. Não toca nenhuma reforma na questão visceral, que não seria obra da lei, a independência econômica do eleitor” (FAORO, 2000a, p. 432).

Sobre a emancipação política e administrativa de Tabocas, Amado aponta, do mesmo modo, que foi retardada por influência dos Badaró, visto que tanto Ferradas quanto Tabocas faziam parte atualmente do município de Itabuna e compreendiam as terras de Coronel Horácio à época. Apesar de o autor não precisar em que momento ocorreu tal fato, sabe-se que Itabuna foi fundada em 1910.

Na época das eleições, reinava o clima de hostilidade entre “as gentes” de um grupo e de outro. As fraudes eleitorais eram corriqueiras, sendo que até gente morta aparecia para votar. Período eleitoral era sempre agitado, com mortes e “barulhos”²². Pelo clima de hostilidade, a casa e o local de trabalho dos candidatos ficavam sob forte vigilância dos jagunços dos Badaró ou de Horácio, com a presença demarcada dos advogados, médicos, dentistas e até farmácias de cada partido. A fidelidade política imperava naquelas terras.

É nessa seara que o homem comum, pobre, analfabeto e sem direitos reconhecidos torna-se compadre dos coronéis ou passa a apadrinhado deles. Ademais, o coronel benfeitor agrega ao seu grupo de conexões um corpo de médicos, advogados, padres, comerciantes, capatazes, como demonstra Jorge Amado. Portanto, trata-se de um poder homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional, conforme nos indica Faoro (2000b). Esses super-fazendeiros dispõem da vida e do destino desses outros homens, baseando sua atuação na lealdade, no respeito e na veneração do compadrio, anulando-se inclusive a possibilidade de autoconsciência destes. Como afirma Faoro (2000a, p. 206),

²² Amado caracteriza os chamados barulhos como uma baderna ou vandalismo, uma disputa direta e desmedida entre os grupos – com a prática de incêndios, tiroteios, quebra-quebra e outros crimes que fossem demandados pelos autores.

[...] plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre, numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal, se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo.

Do mesmo modo, estava configurada a imprensa local, com um semanário ilheense ligado aos governistas (*O Comércio*) e outro aos oposicionistas (*A Folha de Ilhéus*), sendo responsáveis por trocas de insultos expressos e denúncias veladas.

A prática dos “caxixes” também era constante por parte de ambas as redes de correligionários: advogados, tabeliães, juízes e testemunhas falsificavam assinaturas e documentos diversos, a fim de ampliar as terras dos coronéis Juca Badaró e Horácio.

A luta sangrenta pelas terras do Sequeiro Grande se inicia inclusive por conta de um caxixe realizado pelos advogados de Horácio, os quais foram mais rápidos, visto que a família Badaró também montava a sua própria documentação que comprovava a posse daquela imensidão de terras.

As disputas por aquelas terras levaram alguns anos e promoveram incontáveis mortes. O Coronel Horácio da Silveira, após variadas tocaias, atentados e conchavos políticos, saiu vitorioso da disputa, liquidando Juca Badaró e arruinando financeiramente sua família. A repercussão da luta pelo Sequeiro Grande se espalhou por todo o país, sendo Horácio agora da situação nos governos municipal e estadual, considerado benfeitor da zona cacauzeira.

4.2.4 São Jorge dos Ilhéus (1944)

Como já ressaltado, a rigor, *São Jorge dos Ilhéus* é uma continuação do livro *Terras do Sem Fim*, com a trama e grande parte dos personagens remanescentes do livro escrito em 1943. Superado o momento da luta pela posse das terras, com o conflito direto entre os coronéis, *São Jorge dos Ilhéus* retrata a luta posterior pela posse definitiva das terras do cacau. Quiçá uma posse coletiva daquelas terras. Encontramos em Araújo (2003) que ambos os livros formam um só núcleo ao afirmar que “[...] se desdobram dois períodos distintos: a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século e a passagem da terra para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem” (p. 63).

A exemplo de *Cacau*, a história se passa na década de 1920 e 30, pois, apesar de Jorge Amado não explicitar o período, remete-nos a acontecimentos da política nacional, tais como: a Coluna Prestes, o governo de Washington Luis e o Integralismo.

A trama dá passagem a personagens que revelam as novas relações sociais de produção, isto é, o novo padrão de Administração Política que se desenvolveu nas terras do cacau. Entram em cena em *São Jorge...*, os vorazes exportadores de cacau, representantes do capital internacional, que ambicionam tornarem-se proprietários das fazendas de cacau, controlando o fluxo de produção e ditando seu preço no mercado internacional. A política local fica a cargo dos filhos dos agora velhos coronéis de *Terras do Sem Fim*, normalmente formados em Direito na capital do Estado ou no Rio de Janeiro.

O livro está estruturado em cinco capítulos: *A Rainha do Sul*, *Os lavradores*, *A Chuva*, *A alta* e *A baixa*.

A história se passa 30 anos após as grandes lutas pelas terras do Sequeiro Grande. As cidades de Itabuna e Ilhéus continuam como palco da trama. Todavia as cidades já apresentam considerável crescimento urbano e desenvolvimento sociocultural.

Ilhéus, a “Rainha do Sul”, com força comercial e riqueza crescente, possui o quinto maior porto exportador do país, responsável, segundo Jorge Amado, por 98% de todo o cacau produzido no Brasil. Em raras cidades no país, à época, havia um crescimento tão rápido, ruas abertas, construções de todo tipo, com praças, jardins, iluminação pública, água e esgoto canalizados. Nesse período, sua população²³ era estimada em 150 mil habitantes. A essa altura, a cidade já dispõe de aeroporto, cinema, transporte público, cafeterias, teatro, sistema de telefonia, além de um estádio de futebol. Porém, a despeito de toda a modernidade na “Rainha do sul”, reinava o patriarcalismo nas relações sociais de produção, revelando, pois, que, apesar dos avanços, foram preservados praticamente os mesmos interesses locais, alterado apenas pela presença da hegemonia dos interesses do capital internacional.

Prova da análise acima é revelada nos escritos de Amado, especialmente quando descreve as condições desumanas de trabalho e de vida dos alugados, apesar de todo progresso material da região. As moradias são precárias, a alimentação baseada num número restrito de gêneros alimentícios. Persistia a problemática dos armazéns, onde os débitos dos trabalhadores jamais se encerravam diante da obrigatoriedade do consumo exclusivo nos

²³ Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001) nos mostram que a população de Ilhéus cresceu entre 1980 e 1920 com a taxa média superior à 6% aa. Entre 1920 e 40, a taxa média se mantém em 3% ao ano.

armazéns das próprias fazendas na qual trabalhavam, além dos preços abusivos cobrados para toda a ordem de produtos, sobretudo alimentos e ferramentas. Desse modo, Amado denuncia que o sonho do trabalhador em enriquecer naquelas terras e conquistar a sua própria fazenda, se desfaz. A libertação só se dava pela morte ou pela fuga, conforme reflete o trabalhador Varapau, alugado do Coronel Frederico Pinto.

Mas, em virtude da plena expansão da lavoura cacaueteira em *São Jorge dos Ilhéus*, a terceira classe dos navios continua a chegar abarrotada de homens e mulheres, todos em busca de ocupação, sobretudo migrantes vindos do Norte e de outros estados do Nordeste. No cais do porto, permanece a feira de mão de obra dos chegantes que se dobravam como escravos e, após escolhidos, tomavam o trem em direção a Itapira, Itabuna, Pirangi e Água Preta.

A produção, também, permanece rudimentar, todavia é inserida na paisagem das fazendas uma novidade: a estufa de secagem das amêndoas para os períodos chuvosos ou para os momentos de grande colheita. Entretanto, seja na versão a lenha, seja na versão elétrica, a estufa era temida pelos trabalhadores, visto o imenso calor que emitia e o risco de acidente ao qual estavam expostos.

Educação e saúde pública inexistiam em *São Jorge dos Ilhéus* e em *Terras do Sem Fim*, onde a educação estava voltada apenas para os filhos das famílias abastadas; nesta última, agora, com a existência de colégios na cidade. Enquanto isso a saúde era assistida por médicos vinculados aos coronéis locais, e a febre tifo havia sido controlada e não mais assustava os trabalhadores das fazendas.

Jorge Amado nos apresenta a favela Ilha das Cobras, com suas ruas enlameadas e pouca iluminação pública. Era moradia de ladrões, desempregados, comerciários, fugitivos da polícia e especialmente local de encontro dos poucos comunistas que havia na cidade.

O Partido Comunista de Ilhéus buscava atuar em toda a região, reunindo um agrônomo, alguns choferes, empregados do comércio, um sapateiro, um professor, operários da fábrica de chocolate, da estrada de ferro e do porto. Apesar do empenho dessas células, todavia, não conseguiam conquistar partidários dentre os trabalhadores alugados, pois a maioria deles, evidencia Amado, temia a reação do coronel ao qual era agregado. Além disso, a ignorância era tamanha que nem sabiam se o país vivia numa Monarquia ou numa República, alguns pensavam até que Pedro II ainda reinava. Por esses motivos, o Partido Comunista não conseguiu se desenvolver junto aos camponeses. E como era perseguido pela polícia, visto ser considerado partido ilegal no país, a atuação pública do partido em *São*

Jorge dos Ilhéus se dava com as reuniões realizadas na Ilha das Cobras e atuava mediante a distribuição de panfletos que divulgavam os preceitos comunistas e alertavam a população sobre a exploração e os planos dos exportadores por exemplo.

A imprensa local se amplia: enquanto Ilhéus permanece com dois jornais – *Diário de Ilhéus* e o *Jornal da Tarde*, Itabuna passa a ter dois semanários – *O Século* e *O Dia*. Os periódicos continuam envolvidos com as questões políticas partidárias, mas agora o leque de assuntos se amplia para abordar assuntos como: sociedade, cultura, questões trabalhistas, economia internacional, enfim apresentam uma diversidade de matérias que nos permitem inferir que havia uma maior liberdade da imprensa que em *São Jorge dos Ilhéus*. Mas o papel fundamental dos jornais ainda era acompanhar a própria dinâmica socioeconômica da região nas primeiras décadas do século XX.

Os protagonistas de *Terras do Sem Fim* aparecem em *São Jorge dos Ilhéus* apenas como personagens secundários: Coronel Horácio da Silveira, agora com mais de 80 anos de idade, tornou-se o maior produtor de cacau da região desde as disputas do Sequeiro Grande; naquele momento, vivia sozinho em sua principal fazenda e quase não viajava para Ilhéus por conta da saúde debilitada, mas, devido à sua figura mítica, seguia temido por todos. Seu grupo opositor, os Badaró, perdeu na época dos barulhos, o Coronel Juca; logo depois perdeu, também, a fortuna e o patriarca da família, Sinhô Badaró, que morreu de desgosto; em *São Jorge dos Ilhéus*, Don’Ana Badaró, a última representante da família que vivenciou as disputas de terra com o Coronel Horácio, subsistiu na pequena propriedade que restou, lidando diretamente com a produção de cacau e vivendo modestamente com as filhas e o marido.

A casa exportadora Zude, Irmão e Cia. a essa altura possuía sede própria no centro de Ilhéus e funcionava num prédio de quatro andares, negociando exclusivamente o cacau. Carlos Zude, seu agora Diretor, possuía amplas perspectivas comerciais em relação ao cacau e acalentava projetos grandiosos. Em várias passagens do livro, recorda-se do irmão Maximiliano, fundador da empresa, o qual se referia aos coronéis como “os donos das terras”.

Entra em cena A Companhia Exportadora de Cacau de Ilhéus, que ocupava na cidade todo um quarteirão. O cacau era o seu principal negócio, compreendendo a maior firma exportadora do país, porém não era o único negócio da Companhia. Karbanks, americano, seu Diretor-Presidente, representava no Brasil outros negócios: a companhia americana de aviação, a companhia sueca de navegação, a companhia americana de seguros marítimos, outra de máquinas de escrever. Jorge Amado nos conta que foi Karbanks quem conseguiu

contrato para que atracassem navios cargueiros em Ilhéus e dali partiam direto para os Estados Unidos, Alemanha e o Norte da Europa. Assim, conjuntamente com os demais exportadores, pressionaram o governo federal para a realização de melhorias na barra e no porto, a fim de que comportassem navios de grande porte. Tais exportadores preferiam transferir as amêndoas das fazendas para os depósitos em Ilhéus, em caminhões, através das estradas de rodagem, que representava tremenda concorrência para a estrada de ferro.

Amado nos alerta que Karbanks, Zude e os outros exportadores estavam em toda parte, ligados a uma infinidade de negócios, inclusive por trás da direção do Banco de Auxílio à Lavoura. Nesse momento, Jorge Amado chama atenção que se aproximava o momento da luta entre os coronéis desbravadores, plantadores de cacau, e os exportadores.

Por tudo isso, Araújo (Op. cit., p. 63) nos indica que Amado, em *São Jorge dos Ilhéus*, trata efetivamente da apropriação da terra pelos exportadores:

[...] interpreta os estágios dessa apropriação e das consequências dos homens pela ação gananciosa, o eterno processo da exploração do homem pelo homem, fruto da estrutura capitalista, de par com os dramas universais presentes na obra. À margem desse processo, em curso paralelo, descreve a subvida dos trabalhadores nas fazendas de cacau, sua ignorância, sua miséria, sua morte, em progresso.

A Associação Comercial de Ilhéus ocupava um prédio suntuoso em frente à prefeitura da cidade. Carlos Zude, seu presidente, engendrava, justamente nesse espaço, o seu grandioso plano contra “os donos da terra”. Partindo do pressuposto de que há muito tempo os exportadores poderiam ditar os preços para o mercado internacional, porém, encontravam-se na condição de intermediários, estando suscetíveis ao comportamento excêntrico dos coronéis, às intempéries da produção artesanal, à resistência dos fazendeiros à implantação de novas técnicas de produção, além da insatisfação e baixa qualificação da mão de obra. A ambição de Zude era mudar todo o cenário, a fim de eles mesmos, os exportadores, tornarem-se donos das terras.

Na ânsia de criar raízes em Ilhéus, o grupo de exportadores, seis ou sete no total, pôs em prática um plano arquitetado por Zude e Karbanks. Diante da crise de produção no Equador, explicam aos demais exportadores que chegou a hora de ter total segurança sobre aqueles negócios do cacau. Afinal, o capital e a sede das empresas eram de fora do país, mas grande parte da terra pertencia a três ou quatro coronéis. Pactuaram, desse modo, que ditariam a alta dos preços na região, instigando o endividamento dos fazendeiros e, após três ou quatro

anos, fariam com que os preços despencassem, permitindo a hipoteca²⁴ das terras, em troca das altas dívidas que os produtores a essa altura teriam junto às casas exportadoras. Seria um grande investimento inicial por parte do grupo de exportadores; todavia, ao final da alta, o retorno seria absoluto com a tão esperada posse das terras produtoras do cacau. O plano fora aceito por todos ali reunidos e, representados por Zude, passaram a se envolver em variados segmentos da sociedade, fomentando inclusive discórdias familiares e patrocínio político-partidário. A alta dos preços se estabeleceu imediatamente.

Para os trabalhadores das fazendas, a alta dos preços não representaria melhoria alguma em sua condição miserável de vida. Nem a riqueza crescente dos coronéis, nem o progresso da zona cacauzeira mudariam o rumo daqueles alugados, reflete Sérgio Moura, Secretário da Associação Comercial, poeta e estudioso do marxismo. Ao presenciar a reunião dos exportadores, Moura repetiu para si mesmo: “o imperialismo quer tomar conta de tudo, vai engolir tudo”.

Ora, se o fenômeno coronelista se estruturou como uma relação de compromisso diante do poder privado decadente e o poder público fortalecido, é natural, portanto, que a ação premeditada dos exportadores, enquanto representantes do capital financeiro internacional, fosse para além do controle de preços do cacau. Encontramos em *São Jorge dos Ilhéus* o fomento por parte dos exportadores de tudo que minava o fenômeno coronelista: de um lado, a alta dos preços e, em seguida, a sua baixa total, o que endividou e faliu uma série de fazendeiros; e, de outro, o patrocínio articulado, de ações que permitiam a urbanização e a diversificação econômica de Ilhéus, além do fortalecimento do debate político, com a inclusão de novos atores na arena de debates, como os integralistas e os comunistas por exemplo. Leal (1997) nos lembra, inclusive, que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, a partir de 1930, o confronto com banqueiros e pequenos industriais, além da ampliação das garantias às magistraturas, do ministério público e da ação policial, concorrem para a corrosão do poder do coronel e o enfraquecimento desse fenômeno.

Nessa última obra selecionada, Amado enfoca, em síntese, a transferência da apropriação das terras, como consequência do colapso da economia cacauzeira em virtude da perda das fazendas de pequenos, médios e grandes fazendeiros, arruinados e vitimados pela

²⁴ Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001) nos alertam que houve destaque para o crédito hipotecário no redirecionamento da concentração de terras na região cacauzeira, sendo que a não exigência de formalidades nos contratos apresentava em contrapartida a cobrança de juros exorbitantes e toda ordem de multas. Todas as manobras tinham a finalidade de aproximar o capitalista da posse das terras hipotecas. Os autores (Op. cit., p. 122) apresentam uma lista de exportadores que passam a atuar como fazendeiros em torno de 1915.

ação coordenada dos exportadores junto às oscilações do preço no mercado. A terra troca de mãos. Os caxixes primitivos são trocados pelo jogo financeiro ligado à bolsa de valores, o comando dos exportadores sobre a economia completa-se com a posse das terras, garantindo seu poder e controle da produção. Neste momento, emerge, pois, um novo padrão de Administração Política, em que os interesses internacionais irão subjugar o poder local a um processo de acumulação e apropriação de riqueza forâneo. Aqui cabe um questionamento a partir das provocações de Jorge Amado referentes à avaliação das consequências do choque de dois padrões de administração política que tinham por objetivo apenas preservar os ganhos dos coronéis, de um lado, e os exportadores rentistas, de outro. E como ficariam os trabalhadores nesse embate: com a mesma falta de sorte de antes, ou seja, entregues à sua própria sorte.

Aqui cabe, portanto, reforçar a interpretação da Administração Política sobre a transição que se inaugurou no Brasil e que, de algum modo, contribuiu para promover mudanças substanciais nas relações do poder local no sul da Bahia, à medida que se fortalecia o processo de integração da economia local e regional à dinâmica nacional, bem como dessa em relação à economia internacional. A forma clara com que Jorge Amado descreve os conchavos entre as elites exportadoras são reveladoras da concepção de um novo padrão de relações sociais de produção e distribuição, porém não menos perverso para os interesses nacionais e locais se comparado ao modelo anterior, liderado pelo coronelato.

Nessa última obra, é possível, pois, fechar um ciclo socioeconômico e iniciar um outro, sem, contudo, vislumbrar alternativas que possibilitem alterar minimamente a estrutura social, cultural, econômica e política da região sul baiana que garantisse à população marginalizada (os trabalhadores, as prostitutas e toda a massa de escravizados) vislumbrar um horizonte que garantisse, de algum modo, melhores condições de vida e sobrevivência. Sem dúvida, ao retratar e interpretar de forma crítica o processo que possibilitou a transferência da posse das *Terras do Sem Fim*, Jorge Amado nos permite, assim, observar que, em *São Jorge dos Ilhéus*, estaria sendo concebido um Projeto de Nação que permitiria uma reconcentração da riqueza e da renda nas mãos de uns poucos exportadores, repetindo, com outra melodia, um enredo já conhecido.

Outro elemento relevante apontado por Amado refere-se ao processo de transição político em consequência da Revolução de 30 e do esforço de Vargas em modernizar as instituições públicas, assumindo a bandeira da modernização institucional e administrativa entre 1930 e 1945. À medida que o Estado nacional e o governo ganhavam densidade política,

econômica e social, o poder do coronelato tendia a reduzir-se e a perder a força de outrora. Mas as marcas culturais já estavam bem assentadas e tardaria muito tempo, ainda, até a libertação da população que passaria, rapidamente, para o jugo dos interesses dominantes de outros interesses econômicos (regionais, nacionais e internacionais), conforme já apontado.

Buscamos, portanto, compreender a organização do sistema produtivo da sociedade sul baiana, de como os agentes econômicos agiam dentro daquele sistema, como estava distribuída a riqueza ali produzida e a proporção com que cada grupo consumia as riquezas geradas pelo conjunto da sociedade grapiúna. Jorge Amado nos revela, através de sua minuciosa descrição nas obras selecionadas, o modo de vida dos grupos sociais que se instalaram naquele espaço sul baiano. A coerência interna dos textos fica evidenciada a partir do entrecruzamos com os relatos historiográficos. Após essa rica e surpreendente experiência, sob a ótica da Administração Política, reafirmamos a importância da (re)leitura dos processos que fundamentaram a formação social, econômica, política, administrativa e cultural do Brasil, a exemplo do que nos ocupamos neste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS PARA NOVOS ESTUDOS

O presente estudo, inserido em um movimento mais amplo de articulação entre a história e a literatura, pretendeu agregar, a essa dimensão de análise crítica e contextualizada já consolidada da narrativa histórica-literária brasileira, a perspectiva da Administração Política. Com esse esforço, acreditamos contribuir para avançar no movimento já iniciado por outros autores comprometidos em dar maior densidade acadêmica e científica ao pensamento administrativo, a exemplo do grupo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS), liderado por Paulo Emilio Martins (2007), além de outras contribuições iniciais como o texto elaborado por Rigo (2012), que buscou identificar *em que medida algumas crônicas de Machado de Assis podem contribuir para a interpretação do padrão de Administração Política brasileira desde o início do século XX*.

Inspirados nesse movimento inicial, bem como confiantes na densidade do conceito e fundamentos teórico-metodológicos que sustentam o campo da Administração Política, construídos e difundidos pela Escola de Administração da UFBA, consideramos que seria possível ampliar as possibilidades de entrelaçamento dos campos da história e da literatura com a perspectiva crítica apontada pela Administração Política. Nesse sentido, propusemos fazer, neste estudo, uma reinterpretação de obras selecionadas de Jorge Amado, de modo a iniciar um movimento comprometido com a construção de bases analíticas consistentes do pensamento administrativo que fundou, legitimou e consolidou padrões de relações sociais de produção e distribuição que marcaram e ainda marcam a sociedade baiana, com ênfase nos modos de vida e organização socioeconômica, cultural e política da região do cacau.

Foram selecionadas três obras²⁵ clássicas de Amado, tendo como recorte espacial e temporal a reinterpretação do contexto sócio-histórico brasileiro, baiano e internacional ambientado entre fins do século XIX e os anos 30 do século passado, tomando, pois, como base analítica, o retrato histórico e literário que o autor nos apresenta sobre a dinâmica da economia do cacau, palco da formação socioeconômica, cultural e política que embasou as relações complexas entre campo e cidade que conformaram aquela rica e próspera região sul da Bahia.

Ressaltado a importância de interpretar a Administração Política com base em clássicos da literatura brasileira, nesse caso a literatura amadiana, vale destacar os pontos que

²⁵ *Cacau* (1933), *Terras do Sem Fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944).

acreditamos reforçar e validar a importância deste estudo: o aspecto principal diz respeito às revelações que o autor nos traz sobre a dimensão da vida política do país e da Bahia, tanto no que diz respeito a detalhes do cotidiano da vida social, quanto no que se refere ao caminho que o poder percorre dentro da Administração Pública e da Sociedade, base fundamental para o que aqui denominamos dimensão da Administração Política. Ao identificar e denunciar as relações de poder que fundamentavam as relações sociais de produção e distribuição daquela sociedade, Jorge Amado nos mostra questões vinculadas às dimensões da centralização política nas mãos do Estado e da relação perversa dos interesses públicos com as elites locais, base do que a Ciência Política, em especial Faoro (2000a) classifica de patrimonialismo; reforçada por um padrão de relações socioeconômicas tradicionais que tinha como base a monocultura do cacau e que atendia, portanto, aos objetivos de uma economia agrária exportadora.

Dentre as práticas que fundamentaram as relações sociais da região sul do Estado da Bahia, denunciadas por Amado, é possível ampliar essa análise a outros espaços-tempo Brasil afora, visto que as características que conformaram aquela sociedade, sua política, cultura, leis tácitas, relações sociais de produção e distribuição podem ser encontradas em todas as regiões do território nacional (respeitando as particularidades regionais que marcam o país). Muito embora a economia da região sul baiana estivesse pautada na lavoura cacauífera, a incorporação de elementos do patrimonialismo, do coronelismo, do conformismo e demais padrões de relações socioeconômicas, políticas e administrativas brasileiras são preservadas nas demais regiões do país, visto que os traços ressaltados por Amado fazem parte da nossa identidade e formação histórica.

Pode-se concluir, portanto, que esta dissertação trata-se de um importante exercício na busca de novas fontes de memória viva para ampliar a compreensão analítica, e aplicação da perspectiva teórico-metodológica da Administração Política como contribuição para a reinterpretação crítica e contextualizada da sociedade nacional, em perspectiva histórica; isto é, contemplando o passado para ressignificar o presente e projetar caminhos alternativos de transformação das bases que ainda fundam as relações sociais de produção e distribuição brasileira e baiana. Desse modo, inspirada nos esforços iniciados por Santos e Ribeiro (2009), Martins (2007) e Rigo (2012), seguimos com a convicção de que é imprescindível o adensamento dos estudos junto às narrativas histórico-literárias e administrativas.

Com esse espírito, convocamos outros estudantes para desbravar esse universo, pois há muito que se construir na trilha da Administração Política brasileira e baiana, em especial

tomando como referência as obras de Jorge Amado. Cabe destacar, ainda, que a multifacetada obra amadiana se manifesta, conforme já destacado, sobre outros espaços baianos, a exemplo do Recôncavo e do sertão, revelando, portanto, que o universo literário de Amado compreende uma rica fonte de pesquisa a ser explorada.

Ao cabo desse percurso, impressiona-nos como as vivências do menino grapiúna retroalimentaram o universo de seus personagens e histórias. Símbolos da política nacional, do momento econômico no país e no mundo, a interface dos personagens que ganharam vida nos escritos de Amado, como os atores da vida pública, privada e social local, faz-nos acreditar que o autor construiu uma fiel representação do Brasil e do sul da Bahia, de fins do século XIX e início do XX.

Constatamos, pois, que o fenômeno coronelista retratado por Jorge Amado, nas obras aqui selecionadas, antecipam-se, cronologicamente, na descrição dos meios de atuação e modo de vida dos coronéis, quando comparadas aos clássicos estudos de Vitor Nunes Leal na obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicada em 1949; e Raymundo Faoro, com a obra *Os donos do poder*, lançado em 1958. Assim, a manifestação singular do poder e da autoridade dos coronéis em *Cacau* (1933), *Terras do Sem fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) é apresentada ao público de maneira prática e contextualizada, mas sem perder a capacidade de crítica social, enquanto Leal e Faoro lançam, alguns anos após, suas reflexões teóricas acerca do mesmo fenômeno já denunciado por Amado.

Ao propor este estudo, buscamos contribuir com o estreitamento das fronteiras da História e da Literatura com a perspectiva inovadora da Administração Política. Através das obras selecionadas de Jorge Amado, ao registrar e interpretar de forma crítica e contundente os processos sócio-históricos que conformaram a sociedade sul baiana, aproximamo-nos, sem dúvida, de novos objetos e novas abordagens no campo da Administração Política; o que alarga, desse modo, os olhares e as perspectivas analíticas do que denominamos pensamento administrativo.

Creemos, pois, que conseguimos cumprir os objetivos que orientaram o desenvolvimento da presente pesquisa, visto que foi possível reconhecer que o estudo da vasta obra de Jorge Amado permite identificar a memória viva do que condicionou (e em alguma medida ainda condiciona) o modo de organização da vida social, econômica, cultural, política e administrativa da Bahia e, conseqüentemente, do Brasil. As três obras clássicas analisadas, bem como o livro de memórias do autor, permitiram-nos identificar os sinais de um profundo e rico registro histórico-literário a ser desvendado em outros estudos dessa natureza.

Nestas breves notas conclusivas, é possível apontar para a necessária continuidade dos estudos aqui propostos, visto que a produção literária de Amado soma mais de 30 obras, as quais se referem a diferentes espaços, momentos da vida socioeconômica, cultural e política nacional, regional e baiana. Tais obras dão sequência à análise crítica e contextualizada da riqueza, e da complexidade que conforma a sociedade brasileira, em todos os seus aspectos, com especial atenção às dimensões sócio-históricas que influenciaram e continuam influenciando os padrões de gestão (de Administração Política) da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, jan./jun., 1995.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Dioniso & Cia. na moqueca de dendê: desejo, revolução e prazer na obra de Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador, BA: Academia de Letras da Bahia, 2003.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o estado brasileiro. In: PESAVANTO, Sandra Jatahy (org.). **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CADERNOS de Literatura Brasileira – Jorge Amado. Instituto Moreira Sales, n. 3, mar. 1997.

CÂNDIDO, Antonio. **Brigada ligeira e outros escritos**. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARIBÉ, Daniel A. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 35-48, out. 2008.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CARIBÉ, Daniel. **Das Fábricas ao estado, do estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe**. 2006, 156f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**, v. 4. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

DA COSTA, Alessandra de Sá Mello; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, n. 3, p. 288-299, 2010.

DaMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DECCA, Edgar Salvadori de e LEMAIRE, Ria (Orgs.). **Pelas margens**: outros caminhos da história e da literatura. Porto Alegre: Ed. da UNICAMP, Ed. da UFRGS, 2000.

DUARTE, Eduardo de Assis. Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado. **Cadernos de literatura brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 3, 1997.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 8. Região. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

FAHEL, Margarida Cordeiro. Prefácio. In: SOUSA, Antonio Pereira. **Tensões do tempo**: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2001.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 10 ed. V. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000a.

_____. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 10 ed. v. 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000b.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FILHO, Luiz Lopes Diniz & BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15. Rio de Janeiro: FGV, jan. – jun., 1995.

FISCHER, Tânia; DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia; GHADIRI, Philip D. Razão e sensibilidade no ensino de administração: a literatura como recurso estético. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 935-56, 2007.

FISCHER, Tânia. A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administração: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 52, p. 209-219, 2010.

FONSECA, Francisco. A Administração Política: em busca de uma teoria crítica da administração pública. Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 7-9, out., 2008.

GIRARDI, Giulio. **Os excluídos construirão a nova história?** São Paulo: Ática, 1996.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. Uma leitura antropológica de Jorge Amado: dinâmicas e representações da identidade nacional. **Diálogos latinoamericanos**, v. 5, p. 109-33, 2002.

GOMES, Fábio Guedes. O jovem percurso da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 7 a 24, 2012.

GRUNER, Clóvis; DeNIPOTI, Cláudio (orgs.). **Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

GUERREIRO DE FREITAS, Antônio; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul (Ilhéus, 1534-1940)**. Ilhéus: EDITUS, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Fredric. **As marcas do visível**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

LABRIOLA, Rodrigo. Neobarroco na América Latina, teoria literária e incomodo epistemológico. **Revista On line de Literatura e Linguística**. Disponível em: http://www.revistaautomia.com.br/volumes/Ano1-Volume2/especial-destaques/Neobarroco-na-America-Latina_Rodrigo-Labriola.pdf. Acesso em: abr. 2013.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). Apresentação. In: **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____; NORA, Pierre. **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MA, Janaina. **A natureza do conhecimento Administrativo: uma busca pelo seu objeto**. 2004. 66f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. **Cadernos EBAPE**, v. 5, n. 4, dez/2007.

_____; MOURA, Leandro Souza; IMASATO, Takeyoshi. Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo? **O&S**, Salvador, v.18 - n. 58, p. 389-402, jul./set., 2011.

_____. Da enxada ao cajado, às engrenagens e aos chips: a sobrevivência do “coronelismo”. XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICA, 17., 2012. CARTAGENA, COLOMBIA, **Anais...** 30 oct. - 2 nov. 2012.

MARROU, H. I. **Do Conhecimento Histórico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NORA, Pierre. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

OLIVEIRA, Francisco Correia de. Administração política e teoria da organização: contribuições históricas de autores brasileiros. Salvador: **Revista Brasileira d Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 159-88, out.-2008.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943, A Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PECHMAN, Robert Moses (Org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

_____. Cenas primordiais – em como o discurso inventou a cidade. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO – “CIDADES: TEMPORALIDADES EM CONFRONTO”, 5., 1998. Campinas, **Anais...** Campinas, FAU/PUCAMP, 1998.

PESAVANTO, Sandra Jatahy. Região e Nação: as releituras do Brasil em tempo de democracia. **Humanas – Globalização, Nacionalismo e Regionalismo**. Porto Alegre, v. 18, n. ½, jan./dez., 1995.

_____. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVANTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

PESAVANTO, Sandra Jatahy (org.). Apresentação. In: **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana. ENCONTRO DA SEF, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/8614987/Caio-Prado-Junior-Historia-Economica-Do-Brasil>.

_____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIGOL, Valdir. Literatura, história e leitor. **Cadernos CEOM**. Ano 14, n. 12, dez., 2000. Argos Editora Universitária.

PIZZA JÚNIOR, Wilson. Guerreiro Ramos, Administração e Ciências Sociais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 52, p. 201-208, 2010.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Elizabeth Matos. Los modelos de administracion política brasileño y español. **RAP**. Rio de Janeiro, v. 35, nº 5, 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política e Administração. **Revista Organizações & Sociedade**, n. 37/38, Salvador, 2006.

RIGO, Ariádne Scalfoni. O que as crônicas de Machado de Assis nos contam sobre a Administração Política? Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política** 9, v. 5, n 2, p. 65-82, out./2012.

SANTOS, Elinaldo Leal. Contribuições da Administração Política para Campo da Administração: percursos e percalços. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PODER LOCAL, 12. 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, dez/2012. Mimeo.

SANTOS, Reginaldo Souza. (org.) **A Administração Política como Campo do conhecimento**. São Paulo: Mandacaru/Hucitec, 2009.

_____. O contexto da criação e o desenvolvimento epistemológico da EA/UFBA. Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política** 3, v. 2, n. 2, p. 123-132, out./2009a.

_____; RIBEIRO, Elizabeth Matos et. al. Bases Teórico- Metodológicas da Administração Política. Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 2, n 1, p. 19-43, abr./2009.

_____; _____. GOMES, Fabio Guedes. **A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política do Capitalismo Contemporâneo**, 2012 (mimeo).

_____. Manifesto de Administração Política, **Carta de Garanhuns** (2010), **Carta de Juazeiro do Norte** (2011) e **Carta de Campina Grande**, 2012 (mimeo).

_____; RIBEIRO, Elizabeth Matos. A administração política brasileira. **RAP**, Rio de Janeiro, nº 4, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. **Essencial Jorge Amado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHARP, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SOUSA, Antonio Pereira. **Tensões do tempo**: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2001.

SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano**: As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens, v. 4, 1976.

TEIXEIRA, Francisco. Administração política: surge um novo paradigma de pesquisa em área contestada. Salvador: **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 1, n. 1, p. 5-6, out. 2008.

VIZEU, Fabio. Em algum lugar do passado: contribuições da pesquisa histórica para os estudos organizacionais brasileiros. In: ENCONTRO DA ANPAD, 16, 2007, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.